

Diário Oficial

Estado de Pernambuco

Ano XCII • Nº 227

Poder Legislativo

Recife, sexta-feira, 18 de dezembro de 2015

CPI das Faculdades Irregulares anuncia reunião em Brasília

Informe foi feito, ontem, durante encontro do colegiado, realizado em Caruaru

A CPI das Faculdades Irregulares irá promover reunião no Ministério da Educação (MEC), em Brasília, na próxima terça (22). O anúncio foi feito, ontem, durante encontro realizado pela Comissão, na Faculdade de Filosofia de Caruaru (Fafica), no Agreste. O colegiado vai à capital federal discutir ações relacionadas aos cursos oferecidos ilegalmente em Pernambuco, bem como a situação dos alunos das instituições.

A relatora da CPI, deputada Teresa Leitão (PT), afirmou que uma das funções do MEC é fiscalizar os cursos superiores. “Na esfera criminal, já estamos em contato com o Ministério Público Federal, mas o Ministério da Educação precisa ter ciência e suspender as autorizações concedidas a faculdades ilegais”, explicou.



DEPOIMENTOS - Colegiado ouviu alunos de instituições de ensino do Interior

A reunião em Caruaru foi proposta, inicialmente, para ouvir depoimentos de representantes de três instituições de ensino: Faculdade de Desenvolvimento e Integração Regional (Fadire), Instituto Superior de Educação de Floresta (Isef) e Fa-

culdade Anchieta. Mas nenhum representante das unidades convocadas compareceu à reunião. “No próximo ano, a CPI vai deliberar se será preciso adotar medidas coercitivas para obrigar essas pessoas a comparecerem e prestarem

depoimento, pois temos prerrogativa para isso”, afirmou o presidente da CPI, deputado Rodrigo Novaes (PSD).

Com a ausência dos convocados, foram colhidos depoimentos de alunos da Fadire, do Centro de Ensino

Pesquisa e Inovação (Cenpi), e do Instituto Educacional, Tecnológico e Profissionalizante Belchior. Os estudantes disseram que foram enganados pelas instituições e pediram a responsabilização dos culpados. “Nós queremos justiça. Gastamos muito dinheiro nos cursos e nos sentimos lesados. Foram anos perdidos”, afirmou Geani Pedrosa de Santana, que, por quatro anos, cursou pedagogia no Cenpi de Nazaré da Mata, na Zona da Mata Norte.

Rodrigo Novaes recomendou que os estudantes busquem na Justiça o ressarcimento dos valores pagos às instituições. Ele afirmou também que o Ministério Público Federal já solicitou ao MEC o cancelamento do registro da Fadire e da Fundação de Ensino Superior de Olinda (Funeso).

Integrante do Conselho Estadual de Educação e dire-

tor-geral da Faculdade Asces, Paulo Muniz alertou que as pessoas precisam se certificar da legitimidade dos cursos antes de ingressar nas faculdades. “A abertura de uma instituição de Ensino Superior demanda uma série de exigências, que não se concretizam da noite para o dia”, ponderou.

O vereador de Lajedo Luciano João denunciou a proximidade das secretarias municipais de educação com faculdades irregulares. “Muitos cursos são oferecidos dentro das escolas da rede, o que gera uma impressão de credibilidade às instituições”, frisou.

A deputada Raquel Lyra (PSB) ressaltou a importância da CPI e pediu que os estudantes não se intimidem, já que a colaboração das vítimas é fundamental. A próxima reunião da Comissão na Assembleia está marcada para o dia 15 de janeiro.

Oposição

Líder da bancada cobra respostas sobre Presídio de Itaquitinga e Arena da Copa

Na penúltima Reunião Plenária do ano, ontem, o líder da Oposição, deputado Sílvio Costa Filho (PTB), afirmou que ainda espera posicionamento do Governo do Estado sobre controvérsias nas parcerias público-privadas (PPPs) do Presídio de Itaquitinga, cujas obras estão paralisadas, e da Arena Pernambuco. Para o parlamentar, a gestão estadual não deveria terminar o ano

sem apresentar respostas à população. O deputado solicitou ao presidente da Assembleia, deputado Guilherme Uchoa (PDT), que também cobre esclarecimentos ao Poder Executivo.

A construção do Centro Integrado de Ressocialização de Itaquitinga, na Mata Norte, está suspensa desde 2012. Diferentes empresas assumiram e abandonaram o projeto em modelo de PPP,

até que o Estado anunciou a intenção, em agosto, de concluir a obra com recursos próprios, durante audiência pública na Alepe. “O Governo prometeu apontar saídas para esse impasse até novembro, mas o ano está terminando e os pernambucanos continuam sem respostas”, afirmou Costa Filho.

Sobre a Arena da Copa, o petebista questionou os pa-

gamentos feitos à concessionária, que é controlada pela construtora Odebrecht. Segundo o deputado, os repasses ao consórcio, em 2015, somaram mais de R\$ 54 milhões, embora cláusulas do contrato estejam sob auditoria e possam ser questionadas na Justiça por gerarem prejuízos excessivos ao Estado. “Em um ano de crise, quando faltam recursos para saúde, educação e segu-



DISCURSO - “Pernambucanos continuam sem esclarecimentos”

rança, esses pagamentos deveriam ser suspensos. Qual a

prioridade do Governo?”, indagou o oposicionista.

CERTIFICADO DIGITALMENTE

Programa de Bolsas de Iniciação à Docência é debatido na Alepe

Encontro promovido pela Comissão de Educação debateu a importância do Pibid

O desprestígio profissional e consequente abandono dos cursos superiores de licenciatura preocupa professores e estudantes. Na tarde de ontem, o segmento esteve presente na Assembleia Legislativa para pedir a continuidade de uma iniciativa federal que ajudaria a solucionar o problema: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid). O encontro foi promovido pela Comissão de Educação da Casa, por solicitação de representantes do Fórum Nacional dos Coordenadores Institucionais do Pibid (Forpibid) do Nordeste.

Criado em 2007 por edital da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (Capes), ligada ao Ministério da Educação (MEC), o Pibid atua na formação inicial e continuada de educadores no ciclo básico. Isso é feito através da concessão de bolsas a alunos de licenciaturas que desenvolvem atividades em instituições da rede pública, sob orientação



ROBERTO SOARES

AÇÃO - Iniciativa atua na formação inicial e continuada de professores

de docentes universitários e professores das escolas. Atualmente, o programa é adotado por 284 instituições de Ensino Superior e executado em 5.898 escolas parceiras por mais de 90 mil bolsistas em todo o País.

Entretanto, no cenário atual, educadores temem os cortes no orçamento. “Queremos consolidar o Pibid como uma política de Estado perene para a formação de docentes e a valorização do magistério. Vivemos um risco iminente de apagão geral de professores, o que já acontece em áreas como matemática, química, física e biologia. A taxa de evasão em algumas licenciaturas chega a 70%”, observou a vice-representante do Forpibid do Nordeste, Lúcia Falcão. Voltado para moradores do campo e indígenas, o Pibid Diversidade também mereceu destaque nas falas dos participantes.

O pró-reitor de Graduação da Universidade de Pernambuco (UPE), Luiz Alberto Rodrigues, aprova o programa, já adotado pela instituição estadual. De acordo com ele, as alternativas que a Capes propôs - manter sem expandir ou institucionalizar via entidades de Ensino Superior - são inviáveis. “A primeira significa deixar o Pibid morrer por inanição, já que os estudantes vão se formar, mas não entrarão outros no lugar. A segunda não é fácil pela própria situação financeira das universidades, hoje”, analisou.

Na sequência, integrantes da Secretaria Estadual de Educação, do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sintepe) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais (Undime) se manifestaram a favor do Pibid, bem como professores e estudantes que participaram do en-

contro. Formado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, Waldomiro Borges revelou que o Pibid foi essencial na descoberta da vocação para a docência. “Foi quando vi que, pela educação, eu poderia fazer algo para mudar a realidade das pessoas”, contou.

Como resultado da reunião, a presidente do colegiado, deputada Teresa Leitão (PT), propôs a redação de um documento, a ser entregue ao MEC e à Capes por representantes do Forpibid e da Alepe, no qual constarão a defesa do papel estratégico do programa, as sugestões de melhorias e a indicação de rumos. “A grande proposta será transformar o Pibid em uma política de Estado”, afirmou a parlamentar. “Temos o desafio enorme de tornar o magistério atrativo. Hoje, ninguém mais quer ser professor,” concluiu.

Impeachment

Declaração do prefeito do Recife é criticada

Uma entrevista concedida pelo prefeito do Recife, Geraldo Julio, avaliando como juridicamente legítimo o pedido de impeachment contra a presidente Dilma Rousseff, recebeu críticas do deputado Edilson Silva (PSOL), em discurso no Pequeno Expediente de ontem. O psolista considerou “incoerente” o posicionamento do gestor municipal. Segundo o parlamentar, o socialista faz parte do mesmo grupo político do ex-governador Eduardo Campos, que promoveu alterações no Orçamento de 2013 semelhantes às realizadas pela presidente, as chamadas “pedaladas fiscais”, segundo análise realizada pelo Tribunal de Contas da União. O deputado ressaltou que essa foi a atitude que motivou o pedido de impedimento da presidente.

“O prefeito não deveria defender o pedido de impeachment de Dilma Rousseff se fazia parte do Governo do Estado no período em que ocorreram as alterações apontadas pelo TCE. Ele está sem coerência e sem espírito republicano”, reprovou Edilson, que, em contrapartida, elogiou o posicionamento da deputada Priscila Krause (DEM) sobre o tema. A parlamentar é a favor do pedido de impeachment contra Dilma

Rousseff por considerar irregulares as pedaladas e, justamente por isso, votou contra a aprovação das contas do Governo de Pernambuco de 2013.

O parlamentar criticou, ainda, a aprovação, pela Câmara dos Vereadores do Recife, do Projeto de Lei nº 49/2015, de autoria do Poder Executivo municipal, que concede auxílio de R\$ 5 mil para a realização de reformas de imóveis particulares que estejam em condições precárias. “A proposição autoriza a Prefeitura a repassar verba para beneficiários em ano eleitoral, assim como acusam a presidente Dilma Rousseff de ter feito o mesmo com os usuários do Bolsa Família”, frisou.

Citados no discurso, os deputados Antônio Moraes e Priscila Krause utilizaram o tempo dedicado à Explicação Pessoal para repercutir o assunto. “Mesmo sabendo que não tinha dinheiro suficiente, a presidente Dilma Rousseff aumentou o valor e o número de beneficiários do Bolsa Família em ano eleitoral”, explicou Moraes. “Ao contrário do que se tenta estabelecer, o pedido de impeachment tem embasamento legal e político, além do respaldo da população”, concluiu Priscila Krause.

JOÃO BITA

Homenagem

35 anos de carreira do radialista Ivan Ferraz ganha registro

Conhecido como “Embaixador do Forró”, o radialista, compositor, cantor e poeta Ivan Ferraz comemorou 35 anos de carreira no dia 24 de outubro. A passagem da data motivou o pronunciamento do deputado Antônio Moraes (PSDB), na Reunião Plenária de ontem.

Ferraz nasceu em Floresta, no Sertão do Estado, em 1946. Em 1977, gravou um disco compacto pela Rozem-blit (primeira gravadora brasileira, fundada em 1954), com sua primeira composição: “Riqueza do Sertão”. Atualmente, o radialista apre-



JOÃO BITA

MORAES - “Defensor do regionalismo e da cultura”

senta o programa “Forró, Verso e Viola”, na Rádio Uni-

versitária FM. O parlamentar destacou a trajetória de Ivan

Ferraz ao longo da carreira como defensor do regionalismo e da rica cultura pernambucana. “Ele é um autêntico guardião e embaixador do que é sagrado: nossa história e nossa cultura”, disse.

Moraes também aproveitou a oportunidade para registrar a festa em comemoração aos 103 anos de nascimento de Luiz Gonzaga, o “Rei do Baião”, que aconteceu no último domingo (13), no Parque Asa Branca, em Exu, Sertão pernambucano. “O evento celebrou e manteve viva a tradição da cultura pernambucana”, afirmou.



SILVA - “Eduardo Campos praticou pedaladas fiscais”

Ato

ATO Nº 614/2015

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso das suas atribuições, cumprindo o que dispõe o art. 141 do Regimento Interno, tendo em vista o Requerimento nº 1508/2015, de autoria da Deputada Socorro Pimentel, aprovado pelo Plenário no dia 15 de dezembro de 2015, **RESOLVE:** criar uma Comissão Especial que tem como objetivo acompanhar os Casos de Microcefalia no Estado de Pernambuco, que será composta pelos seguintes Deputados, indicados pelos Líderes das Bancadas de Governo e de Oposição, através dos Ofícios nºs 98/2015 e 201722/2015, respectivamente:

TITULARES: Deputado Dr. Valdi Deputado Joaquim Lira Deputado Sílvio Costa Filho Deputada Simone Santana Deputado Socorro Pimentel	PARTIDO: PP PSD PTB PSB PSL
SUPLENTEs: Deputado Edison Silva Deputado Lucas Ramos Deputado Miguel Coelho Deputado Odacy Amorim Deputado Raquel Lyra	PARTIDO: PSOL PSB PSB PT PSB

Sala Torres Galvão, em 17 de dezembro de 2015.

GUILHERME UCHOA
Presidente

Ata

ATA DA QUINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO PLENÁRIA SOLENE DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, ÀS DEZENOVE HORAS, NO TEATRO SANTA ISABEL, PRESENTES OS DEPUTADOS ADALTO SANTOS, ALUÍSIO LESSA, ÂNGELO FERREIRA, ANTÔNIO MORAES, AUGUSTO CÉSAR, BETO ACCIOLY, BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO, CLODOALDO MAGALHÃES, DIOGO MORAES, EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO, ERIBERTO MEDEIROS, GUILHERME UCHOA, HENRIQUE QUEIROZ, JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA, JOEL DA HARPA, JULIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, MARCANTÔNIO DOURADO, MIGUEL COELHO, ODACY AMORIM, PRISCILA KRAUSE, PROFESSOR LUPÉRCIO, RICARDO COSTA, RODRIGO NOVAES, ROGÉRIO LEÃO, ROMÁRIO DIAS, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO, TENDO JUSTIFICADO SUAS AUSÊNCIAS OS DEPUTADOS AGLAILSON JÚNIOR, ÁLVARO PORTO, ANDRÉ FERREIRA, BOTAFOGO, DR. VALDI, EVERALDO CABRAL, FRANCISMAR PONTES, PASTOR CLEITON COLLINS, PEDRO SERAFIM NETO, RAQUEL LYRA E VINÍCIUS LABANCA, LICENCIADOS OS DEPUTADOS ALBERTO FEITOSA, JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI, LULA CABRAL E NILTON MOTA, CONSTATADO O QUORUM REGIMENTAL, O SENHOR MESTRE-DE-CERIMÔNIAS HILDEBRANDO MARQUES PESSOA ANUNCIA O INÍCIO DA SOLENIDADE DE ENTREGA DA MEDALHA COMEMORATIVA DO ANIVERSÁRIO DE CENTO E OITENTA ANOS DO PODER LEGISLATIVO, DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 1325/2015, ORIGINADA DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 437/2015, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA. O HINO NACIONAL BRASILEIRO É EXECUTADO PELO QUINTETO DA ORQUESTRA DE CÂMARA DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO E PROFERE DISCURSO RELATIVO AO EVENTO, NO QUAL RESSALTA O PROTAGONISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO NA HISTÓRIA DE PERNAMBUCO E DO BRASIL. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR ENTREGA A MEDALHA E O RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR PRESIDENTE. O SENHOR PRESIDENTE ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, DIOGO MORAES, ROMÁRIO DIAS, ERIBERTO MEDEIROS, ROGÉRIO LEÃO, ADALTO SANTOS E BETO ACCIOLY. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS ALUÍSIO LESSA, ÂNGELO FERREIRA E ANTÔNIO MORAES. O DEPUTADO DIOGO MORAES ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS BISPO OSSÉSIO SILVA, CLAUDIANO MARTINS FILHO E CLODOALDO MAGALHÃES. O DEPUTADO ROMÁRIO DIAS ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS EDILSON SILVA, EDUÍNO BRITO E HENRIQUE QUEIROZ. O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS JOÃO EUDES, JOAQUIM LIRA E JOEL DA HARPA. O DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS JULIO CAVALCANTI, LUCAS RAMOS, MARCANTÔNIO DOURADO E MIGUEL COELHO. O DEPUTADO BETO ACCIOLY ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS NILTON MOTA, ODACY AMORIM, PRISCILA KRAUSE, PROFESSOR LUPÉRCIO E RICARDO COSTA. O DEPUTADO ADALTO SANTOS ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS DEPUTADOS RODRIGO NOVAES, SÍLVIO COSTA FILHO, SIMONE SANTANA, SOCORRO PIMENTEL, TERESA LEITÃO, TONY GEL, WALDEMAR BORGES E ZÉ MAURÍCIO E IN MEMORIAM, EM NOME DO DEPUTADO MANOEL SANTOS, À SENHORA MARIA DO SOCORRO, VIÚVA DO AGRACIADO. O SENHOR PRESIDENTE ENTREGA MEDALHAS E RESPECTIVOS DIPLOMAS AOS SENHORES DESEMBARGADORES FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES E ROGÉRIO FIALHO MOREIRA, RESPECTIVAMENTE PRESIDENTES DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO E DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA QUINTA REGIÃO, E RENATA CAMPOS. O DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR LUCIANO SIQUEIRA, VICE-PREFEITO DA CIDADE DO RECIFE. O DEPUTADO DIOGO MORAES ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR VEREADOR VICENTE ANDRÉ GOMES, PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DA CIDADE DO RECIFE. O DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR DESEMBARGADOR ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA, PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO. O DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA À SENHORA DESEMBARGADORA GISANE BARBOSA DE ARAÚJO, PRESIDENTA DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEXTA REGIÃO. O DEPUTADO ROMÁRIO DIAS ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR CONSELHEIRO VALDECIR FERNANDES PASCOAL, PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. O DEPUTADO BETO ACCIOLY ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR PROMOTOR DE JUSTIÇA CARLOS AUGUSTO GUERRA DE HOLLANDA, PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO. O DEPUTADO ADALTO SANTOS

PODER LEGISLATIVO

MESA DIRETORA: **Presidente**, Deputado Guilherme Uchoa; **1º Vice-Presidente**, Deputado Augusto César; **2º Vice-Presidente**, Deputado Pastor Cleiton Collins; **1º Secretário**, Deputado Diogo Moraes; **2º Secretário**, Deputado Vinícius Labanca; **3º Secretário**, Deputado Romário Dias; **4º Secretário**, Deputado Eriberto Medeiros; **1º Suplente**, Deputado André Ferreira; **2º Suplente**, Deputado Rogério Leão; **3º Suplente**, Deputado Beto Accioly; **4º Suplente**, Deputado Adalto Santos. **Procurador-Geral** - Ismar Teixeira Cabral; **Superintendente-Geral** - Roberta Santana do Amaral; **Secretária-Geral da Mesa Diretora** - Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Superintendente de Planejamento e Gestão** - Sheila Carina de Aquino Cunha; **Superintendente Administrativo** - Maria do Socorro Christiane Vasconcelos Pontual; **Superintendente de Gestão de Pessoas** - Cristiane Alves de Lima; **Superintendente de Tecnologia da Informação** - Arthur Steiner de Moura (em exercício); **Chefe do Cerimonial** - Francklin Bezerra Santos; **Superintendente de Saúde e Medicina Ocupacional** - Aldo Mota; **Superintendente de Segurança Legislativa** - Tenente Coronel Renildo Alves de Barros Cruz; **Superintendente de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo** - Cynthia Barreto; **Auditora-Chefe** - Maria Gorete Pessoa de Melo; **Superintendente da Escola do Legislativo** - Sebastião Rufino; **Consultor-Geral** - Marcelo Cabral e Silva; **Ouvidor-Geral** - Deputado Adalto Santos; **Ouvidor Executivo** - Douglas Stravos Diniz Moreno; **Superintendente de Comunicação Social** - Margot Queiroz Dourado; **Chefe de Departamento de Imprensa** - Cláudia Lucena; **Editora** - Verônica Barros; **Subeditores** - Fellipe Marques, Isabelle Costa Lima; **Repórteres** - André Zahar, Edson Alves Jr., Gabriela Bezerra, Helena Alencar, Ivanna Castro e Luciano Galvão Filho; **Fotografia:** Roberto Soares (Gerente de Fotografia), Breno Laprovitera (Edição de Fotografia), Lucas Neves, João Bita, Rinaldo Marques e Giovanni Costa (estagiário); **Diagramação e Editoração Eletrônica:** Alécio Nicolak Júnior e Anderson Galvão; **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 – Recife-PE. Fone: 3183-2368. Fax 3217-2107. PABX 3183.2211. **Nosso e-mail:** scom@alepe.pe.gov.br.



ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR MANOEL JERÔNIMO DE MELO NETO, DEFENSOR-PÚBLICO-GERAL DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE ENTREGA MEDALHA E RESPECTIVO DIPLOMA AO SENHOR MÉDICO JOAQUIM DO REGO CAVALCANTI, FUNCIONÁRIO DESTES PODER. USA DA PALAVRA O SENHOR FREDERICO RICARDO DE ALMEIDA NEVES, QUE APONTA A INDEPENDÊNCIA DA CASA JOAQUIM NABUCO NA PERSECUÇÃO DE SUA TAREFA INSTITUCIONAL. O SENHOR FRANCKLIN BEZERRA SANTOS, SUPERINTENDENTE DE CERIMONIAL DESTES PODER, ANUNCIA O CONCERTO “QUE SAUDADES, SEU DOMINGOS”, EM HOMENAGEM IN MEMORIAM AO SENHOR CANTOR DOMINGUINHOS, APRESENTADO PELA ORQUESTRA DE CÂMARA DE PERNAMBUCO, SOB A REGÊNCIA DO SENHOR MAESTRO JOSÉ RENATO ACIOLI. OCORRE O CONCERTO, COM INTERVENÇÕES DO SENHOR MAESTRO E COM PARTICIPAÇÕES DOS SENHORES COMPOSITOR E ACORDEONISTA BETO HORTIS E CANTORA LIV MORAES, FILHA DO SENHOR DOMINGUINHOS. A SENHORA LIV MORAES RECEBE DO SENHOR PRESIDENTE E DA SENHORA EVA UCHOA, ESPOSA DESTES, PLACA DE HOMENAGEM IN MEMORIAM AO SENHOR DOMINGUINHOS PELA CONTRIBUIÇÃO À CULTURA E ÀS TRADIÇÕES DO POVO NORDESTINO E UM RAMALHETE, RESPECTIVAMENTE. A ORQUESTRA DE CÂMARA DE PERNAMBUCO E O SENHOR BETO HORTIS EXECUTAM O HINO DO ESTADO DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A SEGUINTE, EM CARÁTER ORDINÁRIO, PARA O DIA DE AMANHÃ NO HORÁRIO REGIMENTAL.

Expedientes

CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 1776 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 564.
À Imprimir.

PARECER Nº 1777 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 462.
À Imprimir.

PARECER Nº 1778 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Complementar nº 493.
À Imprimir.

PARECERES Nºs 1779, 1781, 1782, 1783 E 1784 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 543, 552, 556, 625 e 626.
À Imprimir.

PARECER Nº 1780 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Ordinária nº 544.
À Imprimir.

PARECER Nº 1785 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final ao Substitutivo nº 01 ao Projeto de Complementar nº 638.
À Imprimir.

PARECER Nº 1786 - DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 645.
À Imprimir.

PARECER Nº 1787 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 369, juntamente com a Emenda nº 01 deste Colegiado.
À Imprimir.

PARECERES Nºs 1788, 1790, 1791, 1794, 1796, 1798, 1800, 1802 E 1804 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável aos Projetos nºs 422, 470, 513, 536, 588, 597, 612, 627 e 652.
À Imprimir.

PARECER Nº 1789 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 430.
À Imprimir.

PARECER Nº 1792 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 516, juntamente com as Emendas nº 01 e 02 deste Colegiado.
À Imprimir.

PARECER Nº 1793 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 530, juntamente com a Emenda nº 01 deste Colegiado.
À Imprimir.

PARECER Nº 1795 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 580, juntamente com a Emenda nº 01 deste Colegiado.
À Imprimir.

PARECER Nº 1797 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 589.
À Imprimir.

PARECER Nº 1799 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 602.
À Imprimir.

PARECER Nº 1801 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA adotando Substitutivo nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 616.
À Imprimir.

PARECER Nº 1803 - DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 643.
À Imprimir.

PARECER Nº 1805 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 243.
À Imprimir.

PARECER Nº 1806 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 430.
À Imprimir.

PARECER Nº 1807 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 643.
À Imprimir.

PARECER Nº 1808 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável ao Projeto de Lei nº 627.
À Imprimir.

PARECER Nº 1809 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 430.
À Imprimir.

PARECER Nº 1810 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 643.
À Imprimir.

PARECER Nº 1811 - DA COMISSÃO DE CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR opinando favorável ao Projeto de Resolução nº 650.
À Imprimir.

PARECER Nº 1812 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável a Emenda nº 02 ao Projeto de Lei Complementar nº 430.
À Imprimir.

PARECER Nº 1813 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando favorável a Emenda nº 01 ao Projeto de Lei Ordinária nº 643.
À Imprimir.

Nosso endereço na Internet: <http://www.alepe.pe.gov.br>

OFÍCIO Nº 588 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO comunicando a esta Casa Legislativa que em razão da epitemia que grassa em nosso Estado, com a proliferação de casos de dengue e da introdução dos vírus Zika e Chicungunha, expediu o Decreto nº 42.486, de 10 de dezembro de 2015, abrindo crédito extraordinário ao Orçamento Fiscal do Estado, no valor de R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), para fazer face às providências de enfrentamento da referenciada epidemia . O crédito extraordinário em apreço decorre do Decreto nº 42.438, de 29 de novembro próximo passado, que declarou Situação de Emergência no Estado, em função da epidemia de dengue e demais doenças transmitidas pelo mosquito *Aedes aegypti*, com fundamento no que dispõem o parágrafo 3º do artigo 128 da Constituição Estadual, o inciso III do artigo 41 e o artigo 44 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e os artigos 37 e 38 da Lei nº 7.741, de 23 de outubro de 1978.
Às 2ª e 9ª Comissões.

OFÍCIO Nº 368 - DA PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução , os autógrafos, das Leis Ordinárias nºs 15.658, datada de 27.11.2015; 15.662, datada de 3.12.2015; e 15.663 a 15.666,dadas de 10.12.2015.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 0102 - DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DAS CIDADES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 2616, 2728 e 2701, de autoria dos Deputados Ricardo Costa e Henrique Queiroz.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 536 - DA CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 2094, 2092, 2114, 2054, 2053, 2093, 2123, 2056 e 2055, de autoria do Deputado José Humberto Cavalcanti.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIOS NºS 1238, 1239, 1240 E 1241 - DO DIRETOR EXECUTIVO DA SECRETARIA DE TRANSPORTES DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 2795, 2793, 2802 e 2716, de autoria do Deputado Adalto Santos.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 387 - DO COMANDANTE DO 6º BATALHÃO DA POLÍCIA MILITAR DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca da Indicação nº 2684, de autoria do Deputado André Ferreira.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIOS NºS 488 E 489 - DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO GOVERNO DE PERNAMBUCO prestando esclarecimento acerca das Indicações nºs 2387, 2390, 2437, 2408, 2411, 2430, 2433, 2410, 2391, 2409, 2434, 2407, 2440, 2389, 2486, 2459, 2504, 2506, 2502, 2487, 2457, 2489, 2388, 2448, 2503, 2505, 2336, 2361, 2445, 2447, 2493, 2491, 2338, 2450, 2458, 2449, 2460, 2566, 2530, 2532, 2533, 2531, 2534, 2568, 2565, 2567 e 2564, de autoria do Deputado Ricardo Costa.
Dê-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIO Nº 961 - DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO INTERNA, SUBSTITUTO DA SECRETARIA - EXECUTIVA DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL comunicando a liberação de recursos a esse Estado, conforme o Processo nº 59250.000018/2012-54.
À 2ª Comissão.

OFÍCIO Nº AF / DERES / GLICO 200352 - DO GERENTE DA GLICO2 /DERES/AF DO BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - BNDES comunicando a liberação de recursos financeiros para o Estado de Pernambuco, no âmbito do Contrato nº 14208381.
À 2ª Comissão.

OFÍCIO Nº 590 - DO EXCELENTÍSSIMO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO encaminhando em devolução, no prazo previsto no artigo 23, § 3º, da Constituição do Estado, o Projeto de Lei Ordinária nº 451/2015.
Inteirada.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ solicitando dispensa da presença nas reuniões Plenárias dos dia 15 e 16 de dezembro de 2015.
Deferido.

REQUERIMENTO - DO DEPUTADO ANTÔNIO MORAES solicitando dispensa da presença na reunião Plenária do dia 15 de dezembro de 2015.
Deferido.

REPUBLICADO

CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, REALIZADA EM 17 DE DEZEMBRO DE 2015.

EXPEDIENTE

PARECERES NºS 1839 E 1840 - DA COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL dando Redação Final aos Projetos nºs 564 e 636.
À Imprimir.

PARECER Nº 1841 - DA MESA DIRETORA opinando contrário ao Projeto de Resolução nº 342.
À Imprimir.
PARECER Nº 1842 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 513.
À Imprimir.

PARECER Nº 1843 - DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO opinando favorável ao Projeto de Lei Ordinária nº 516, juntamente com as Emendas nºs 01 e 02.
À Imprimir.

OFÍCIO Nº 372 - DA PROCURADORA CHEFE DA PROCURADORIA DE APOIO JURÍDICO-LEGISLATIVO AO GOVERNADOR encaminhando, em devolução , os autógrafos, das Leis Complementares nºs 311, datada de 11.12.2015, 312 a 314, datadas de 14.12.2015; e das Leis Ordinárias de nºs 15.673 a 15.680, datadas de 14.12.2015.
Inteirada.

OFÍCIO Nº 98 - DO LÍDER DO GOVERNO indicando os membros da Comissão Especial para acompanhar os casos de Microcefalia no Estado de Pernambuco, os Deputados Dr.Valdi, Joaquim Lira e Simone Santana, como membros titulares e os Deputados Lucas Ramos, Miguel Coelho e Raquel Lyra, como membros suplentes.
À Publicação.

OFÍCIO Nº 201722 - DO LÍDER DA BANCADA DE OPOSIÇÃO indicando os membros da Comissão Especial para acompanhar os casos de Microcefalia no Estado de Pernambuco, os Deputados Sílvio Costa Filho e Socorro Pimentel, como membros titulares e os Deputados Odacy Amorim e Edison Silva, como membros suplentes.
À Publicação.

Parecer ADM

Parecer nº 9/2015 - ADM

Mesa Diretora

Requerimento Funcional nº 717954-GA/2015

Servidor: Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior

Ementa: Plano de Cargos e Carreiras. Progressão. Servidor exercendo cargo de Secretário no Estado de Pernambuco. Pelo deferimento.

1. Histórico

Encaminhando à Mesa Diretora para apreciação e posterior deliberação, por meio do Procurador Geral, o pedido de reconsideração ao Parecer PG de nº 946/2015, exarado no Requerimento Funcional nº 717954-GA/2015, do servidor Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior, cargo efetivo de Analista Legislativo, especialidade Medicina, que indeferiu a sua progressão funcional, fui designado relator do requerimento supracitado pelo Senhor Presidente, Deputado Guilherme Uchôa.

É o que incumbia relatar.

2. Parecer do Relator

Tendo em vista a presença do Procurador Geral na presente reunião, solicitei o seu pronunciamento preliminar acerca dos fatos e da matéria. Foi narrado que o servidor Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior solicitou no Requerimento Funcional de nº 717954-GA/2015 a progressão na carreira relativa ao período de julho de 2014 a junho de 2015.
Relatou o procurador Geral que o pedido fora inicialmente indeferido pela Procuradoria nos termos do Parecer PG de nº 946/2015. Entendeu o Procurador Edvaldo José Cordeiro dos Santos que a última progressão funcional do servidor havia sido pelo critério da antiguidade devendo, assim, a progressão desta feita ocorrer pelo critério do merecimento. A Constituição Federal e as leis infraconstitucionais, no entanto, vedam a promoção por merecimento quando o servidor encontra-se licenciado para exercer mandato eletivo. O servidor recorreu do opinativo acima exarado.
O Procurador Geral, contudo, entendeu assistir razão ao servidor. Com efeito, em que pese o servidor estar licenciado para exercer o mandato de Deputado Federal o mesmo não desempenhou o mandato eletivo, haja vista que desde o dia 01 de janeiro de 2015, data coincidente com o início do exercício do mandato, está a disposição do Governo do Estado de Pernambuco exercendo a função de Secretário de Transportes, conforme Ato do dia 03 de fevereiro de 2015 do Governador do Estado.
No que concerne à avaliação funcional, em virtude do Cargo de Secretário de Estado ser da cúpula da Administração estadual, entendo desnecessário o preenchimento de formulário, vez que a só permanência no cargo representa uma avaliação favorável do Governador do estado capaz de respaldar promoção por merecimento.
Logo, entende o Procurador Geral, que o servidor poderá ser progredido nos termos do inciso II, art. 8º da Lei nº 12.777/2005, que permite a progressão do servidor quando ele estiver exercendo a chefia na administração direta e indireta do Estado.
Isto posto, com base na argumentação exarada pelo Procurador Geral na reunião, opino favorável à concessão da progressão do servidor do nível salarial NI 07 para o nível de remuneração NI 08.

3. Parecer da Mesa Diretora

Tendo em vista as considerações contidas no parecer do relator, que opina de forma favorável à progressão do servidor do estágio salarial NI 07 para o nível de remuneração NI 08, nos termos do inciso II, do art. 8º da Lei nº 12.777/2005 e posteriores alterações c/c a Resolução de nº 834/2007. Os membros da Mesa Diretora acolhem o aludido parecer ficando, assim, deferido o Requerimento Funcional de nº 717954-GA/2015. Desta forma, resolve progredir, por merecimento, o servidor Sebastião Ignácio de Oliveira Júnior, matrícula 485, do Quadro de Pessoal Permanente deste Poder Legislativo com efeitos retroativos primeiro de julho de 2015.

Gabinete da Presidência, 04 de novembro de 2015.

DEPUTADO GUILHERME UCHÔA
Presidente

DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR
Primeiro-Vice-Presidente

DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS
Segundo-Vice-Presidente

DEPUTADO DIOGO MORAES - Relator
Primeiro-Secretário

DEPUTADO ROMÁRIO DIAS
Terceiro-Secretário

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
Quarto-Secretário

REPUBLICADO

Pareceres de Comissões

Parecer Nº 1842/2015

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Projeto de Lei Ordinária nº 513/2015

Autor: Deputado Clodoaldo Magalhães

EMENTA: Dispõe sobre a reserva de espaços livres e assentos para pessoas com deficiência em estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais no Estado de Pernambuco. Mérito relacionado ao artigo nº 104, inciso I, ordem econômica, do regimento interno deste Poder. **Pela Aprovação.**

1 – Relatório.

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 513/2015, de autoria do deputado Clodoaldo Magalhães.

O projeto estabelece que estádios de futebol, ginásios esportivos e clubes sociais deverão reservar espaços livres e assentos para acomodação de pessoas com deficiência. O número de assentos reservados a tal destinação é definido em percentuais em relação à capacidade de lotação de cada edificação.

Além disso, a propositura prevê a distribuição e boa visibilidade dos lugares, de acordo com as normas de acessibilidade, bem como garante assento contíguo para o acompanhante da pessoa com deficiência em caso de necessidade.

Dispõe, ademais, sobre as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ao disposto no projeto em tela.

2 – Parecer do Relator.

A proposição vem arrimada no artigo 19, caput, da Constituição Estadual, nos artigos 93, inciso I, 104, inciso I, 192 e no artigo 194, Inciso II, da resolução nº 905/2008, Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.

A proposição está em consonância com o artigo 139 da Constituição Estadual, visto que ampliar a proteção à pessoa com deficiência implica em assegurar a elevação do nível de vida e bem-estar da população.

Além disso, coaduna-se com o artigo 143 da Constituição Estadual, que trata sobre defesa do consumidor, nos termos:

Art. 143. Cabe ao Estado promover, nos termos do art. 170, V da Constituição da República, a defesa do consumidor, mediante:
I - política governamental de acesso ao consumo e de promoção dos interesses e direitos dos consumidores;
A medida proposta procura permitir o acesso de pessoas portadoras de deficiência acesso a produtos de lazer. Acesso este que seria, de outra forma, bastante dificultoso. Considero, portanto, meritória a propositura em análise.
Por conseguinte, declaro-me favorável, no mérito, à aprovação do projeto de lei ordinária nº 513/2015, e autoria do deputado Clodoaldo Magalhães.

Miguel Coelho
Deputado

3 – Conclusão da Comissão.

Acolhendo o parecer do relator, esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo declara que o Projeto de Lei Ordinária nº 513/2015, de autoria do deputado Clodoaldo Magalhães, está em condições de ser aprovado.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, em 17 de dezembro de 2015.

Presidente: Aluisio Lessa.
Relator : Miguel Coelho.
Favoráveis os (2) deputados: Lucas Ramos, Miguel Coelho.

Parecer Nº 1843/2015

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Projeto de Lei nº 516/2015

Autor: Deputado Beto Accioly

EMENTA: Determina a obrigatoriedade de instalação de grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas nas escolas privadas do Estado de Pernambuco, e dá outras providências. Mérito relacionado ao artigo nº 104, inciso I, ordem econômica, do regimento interno deste Poder. **Pela Aprovação.**

1 – Relatório.

Vem a esta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, para análise e emissão de parecer o Projeto de Lei Ordinária nº 516/2015, de autoria do deputado Beto Accioly, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2015 e a Emenda Supressiva nº 02/2015, propostas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça deste Poder.

O projeto estabelece que as escolas privadas do Estado de Pernambuco ficam obrigadas a instalar grades ou redes de proteção nas janelas, sacadas, mezaninos e varandas, a partir do 1º andar. Além disso, prevê que a instalação e a manutenção desse equipamento serão de responsabilidade do diretor da escola, juntamente aos proprietários.

De acordo com a propositura, as grades e redes de proteção devem estar certificadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO. Dispõe, ademais, sobre as penalidades aplicáveis em caso de descumprimento ao disposto no projeto em tela.

Em sua justificativa ao projeto de lei, o autor assevera que a proposição tem o intuito de proteger as crianças, adolescentes e demais pessoas que frequentem escolas que contenham acima de um pavimento em relação à ocorrência de acidentes relacionados a falta de proteção.

As emendas apresentadas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça têm a finalidade de aperfeiçoar a redação proposta no projeto de lei.

2 – Parecer do Relator.

A proposição vem arrimada no art. 19, caput, da Constituição Estadual, nos artigos 93, Inciso I, 104, inciso I, 192, 194, Inciso I, e 204 do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa.

O projeto de lei em tela aborda aspectos pertinentes à defesa do consumidor, tema inserido na ordem econômica, de acordo com os artigos 139 e 143 da Constituição Estadual, visto que ampliar a proteção aos frequentadores das escolas localizadas em Pernambuco implica em assegurar a elevação do nível de vida e bem-estar da população.

A emenda modificativa nº 01/2015 visa a melhorar redação do projeto original. Em especial, o artigo 6º estabelecendo que “caberá ao Poder Executivo regulamentar esta Lei em todos os aspectos necessários à sua efetiva aplicação”, e o artigo 7º “Esta Lei entrará em vigor após decorridos 90 dias da sua publicação oficial”.

A emenda supressiva nº 02/2015 também visa à melhoria da redação do projeto original, suprimindo o artigo 5º que tratava da fiscalização do disposto neste projeto de lei.

Em todo caso, a proposta da proposição original foi mantida.

Levando em consideração os argumentos apresentados e por não encontrar óbices do ponto de vista econômico, declaro-me favorável, no mérito, à aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 516/2015, de autoria do deputado Beto Accioly, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2015 e a Emenda Supressiva nº 02/2015, propostas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça deste Poder.

Lucas Ramos
Deputado

3 – Conclusão da Comissão.

Ante o exposto, opinamos no sentido de que o parecer desta Comissão de Desenvolvimento Econômico e Turismo, seja pela aprovação do Projeto de Lei nº 516/2015, de autoria do deputado Beto Accioly, juntamente com a Emenda Modificativa nº 01/2015 e a Emenda Supressiva nº 02/2015, propostas pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça deste Poder.

Sala da Comissão de Desenvolvimento Econômico e
Turismo, em 17 de dezembro de 2015.

Presidente: Aluísio Lessa.

Relator : Lucas Ramos.

Favoráveis os (2) deputados: Lucas Ramos, Miguel Coelho.

Parecer Nº 1844/2015

A COMISSÃO DE REDAÇÃO FINAL, tendo presente o Projeto de Lei Ordinária nº 243/2015, já aprovado com sua respectiva Emenda, em segunda e última discussão, é de Parecer que lhe seja dada a seguinte Redação Final:

Ementa: Regulamenta o acesso em propriedades públicas e privadas de agentes de saúde e vigilância epidemiológica em casos de iminente risco de epidemia ou situação de epidemia, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Art. 1º Quando decretado iminente risco de epidemia ou situação de epidemia de agente etiológico e vetor conhecido, fica proibida a restrição de acesso aos agentes de saúde dos órgãos públicos, responsáveis pela saúde e vigilância epidemiológica a propriedades públicas ou privadas, no âmbito do Estado de Pernambuco.

Parágrafo único. Para efeitos desta Lei, serão utilizadas as seguintes definições:

I - epidemia - é a ocorrência, numa região, de casos que ultrapassam a incidência normalmente esperada de uma doença;

II - agente etiológico - é o agente causador ou o responsável pela origem da doença. Pode ser um vírus, bactéria, fungo, protozoário ou um helminto; e,

III - vetor - organismo capaz de transmitir agentes infecciosos. O parasita pode ou não desenvolver-se enquanto encontra-se no vetor.

Art. 2º As condições de segurança e acessibilidade deverão ser fornecidas pelo responsável do local.

Art. 3º O acesso dos agentes deve ser apenas para combater, analisar, verificar e adotar medidas preventivas e combativas aos vetores dos agentes etiológicos em questão.

Art. 4º Para efeitos desta Lei, os agentes devem estar identificados formalmente, uniformizados e portando documentação que comprove a situação de calamidade, bem como a operação de vistoria.

Art. 5º A autorização para ingresso somente será legitimada quando houver decreto do Governador do Estado que reconheça especificamente as hipóteses em que poderá ser realizada.

Art. 6º As visitas deverão ser realizadas em forma de mutirão, onde um grupo de agentes, visita em conjunto propriedades próximas.

Art. 7º O não cumprimento desta Lei sujeitará o infrator a multa e/ou sanções administrativas estabelecidas pelo Poder Executivo.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Everaldo Cabral
Deputado

Sala da Comissão de Redação Final,
em 17 de dezembro de 2015.

Presidente: Francismar Pontes.

Relator : Everaldo Cabral.

Favoráveis os (4) deputados: Dr. Valdi, Everaldo Cabral, Francismar Pontes, Pedro Serafim Neto.

Parecer Geral ao Projeto n 485 LOA/2016

Parecer Nº 1665/2015

PARECER GERAL

Ao Projeto de Lei n.º 485/2015, que “estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2016”.

Origem: Poder Executivo
Autoria: Governador do Estado

RELATÓRIO GERAL

PARECER GERAL AO PROJETO DE LEI Nº 485/2015 (LOA 2016)

Parecer geral sobre o projeto de lei n.º 485/2015, que “estima a receita e fixa a despesa do estado para o exercício financeiro de 2016”.

1. Relatório

Vem a esta Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, para análise e emissão de parecer, o Projeto de Lei Ordinária nº 485/2015, oriundo do Poder Executivo, encaminhado através da Mensagem nº 125/2015, datada de 02 de outubro de 2015 e assinada pelo Governador do Estado de Pernambuco, Paulo Henrique Saraiva Câmara.

O projeto estima a receita e fixa a despesa do estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2016 – Lei Orçamentária Anual (LOA 2016), nos termos do artigo 37, inciso XX, do artigo 123, inciso III, e do artigo 124, § 1º, inciso III, todos da Constituição do Estado.

A proposição foi distribuída a esta Comissão e a análise dividida para sub-relatores, designados na forma do artigo 254, inciso I e § 1º, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Pernambuco. Essa designação foi publicada no Diário Oficial em 07 de outubro de 2015, da seguinte maneira:

ITEM

RELATOR

- Demonstrativo da Receita por itens das Categorias Econômicas, e por fontes de recursos;
 - Demonstrativo dos Recursos diretamente arrecadados (RDA);
 - Demonstrativo da Despesa por função, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por subfunção, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por programa, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por Projeto, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por Atividade, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por Operação Especial, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por Categoria Econômica, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por Grupo, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por modalidade de aplicação, segundo as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por poder, órgão e unidade orçamentária, segundo as categorias econômicas e as fontes de recursos;
 - Demonstrativo da Despesa por fonte dos recursos e grupos de despesa, originários do tesouro e das entidades supervisionadas;
 - Demonstrativo dos Investimentos Consolidados – Orçamento Fiscal e Orçamento de Investimento das Empresas;
 - Demonstrativo das Vinculações Constitucionais;
 - Demonstrativo da Receita líquida de impostos;
 - Legislação da Receita;
 - Orçamento Fiscal.
 - Poder Legislativo;
 - Tribunal de Contas;
 - Poder Judiciário;
 - Ministério Público;
 - Governadoria do Estado.
 - Defensoria Pública do Estado;
 - Secretaria da Fazenda;
 - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
 - Secretaria da Casa Civil.
 - Secretaria de Transportes;
 - Secretaria de Cultura;
 - Secretaria de Turismo, esportes e lazer;
 - Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária.
 - Secretaria de Justiça e Direitos Humanos.
 - Secretaria de Imprensa;
 - Secretaria de Administração.
 - Encargos Gerais do Estado;
 - Secretaria de Planejamento e Gestão;
 - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação;
 - Secretaria das Cidades;
 - Secretaria de Saúde;
 - Gabinete de Projetos Estratégicos.
 - Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude;
 - Secretaria de Defesa Social;
 - Secretaria de Habitação;
 - Secretaria de Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação;
 - Secretaria da Mulher;
 - Procuradoria Geral do Estado;
 - Secretaria da Controladoria Geral do Estado;
 - Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade;
 - Reserva de Contingência;
 - Secretaria de Educação.
- Dep. Sílvio Costa Filho
- Dep. Romário Dias
- Dep. Eriberto Medeiros
- Dep. Miguel Coelho
- Dep. Júlio Cavalcanti
- Dep. Lucas Ramos
- Dep. Adalto Santos
- Dep. Henrique Queiroz

O cronograma de tramitação também foi publicado na mesma data:

Evento	Data
- Recebimento da proposta	02/10/2015
- Apresentação do cronograma	
- Designação de relatores	
- Abertura de prazo para apresentação de emendas	06/10/2015
- Encerramento do prazo para apresentação de emendas	30/10/2015 às 13:00 h
- Reunião para apreciação dos pareceres parciais	25/11/2015
- Publicação dos pareceres parciais	26/11/2015
- Reunião para apreciação dos pareceres geral e de redação final	02/12/2015

Compete a este Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, na qualidade de relator geral, a elaboração do parecer geral do projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016 (PLOA 2016), no qual serão consolidados os relatórios parciais previamente apreciados por este Colegiado, conforme comando plasmado no inciso V do artigo 254 do Regimento Interno.

2. Parecer do Relator

A presente análise encontra-se dividida em 8 segmentos.

O primeiro aborda as Considerações Gerais da Proposta Orçamentária para 2015. O segundo segmento compreende as emendas apresentadas pelo Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. O terceiro segmento trata das proposições de parlamentares cuja apresentação se fez necessária para corrigir propostas originais apresentadas. O quarto segmento refere-se à Emenda Aprovada apresentada no Relatório Parcial. O quinto segmento trata das rejeições de emendas por ilegalidades. O sexto segmento é dedicado às alterações técnicas apresentadas pelo Presidente da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. O sétimo segmento trata dos resultados gerais do processo e o oitavo segmento é composto por Demonstrativo dos Acréscimos e Reduções de Despesa – 2016, parte anexa ao presente parecer.

2.1 - Considerações Gerais

O presente projeto de lei orçamentária para o exercício de 2016 estima receita e fixa despesa no montante de R\$ 32.579.186.800,00, sendo R\$ 31.042.231.800,00 relativos ao orçamento fiscal e R\$ 1.536.955.000,00 ao orçamento de investimento das empresas estaduais. O orçamento total de 2016 é 3,09% inferior aos R\$ 33.618.176.300,00 orçados para o exercício de 2015.

Essa redução foi repercutida nas várias rubricas orçamentárias. No entanto, o demonstrativo da despesa por função evidencia que o governo procurou alinhar a lei orçamentária às metas e prioridades da administração pública estadual compreendida na Lei nº 15.586/2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2016, uma vez que foram priorizados os gastos com saúde (R\$ 5.056.541.000,00), previdência social (R\$ 4.284.746.000,00), educação (R\$ 3.606.728.600,00) e encargos especiais (R\$ 6.977.285.500,00).

Apesar dessa retração orçamentária, a área de educação foi contemplada com uma dotação levemente superior (1,11%) à do exercício vigente, fixada em R\$ 3.567.066.200,00.

Com essa postura, o governo cumprirá, com pequena folga, o mínimo constitucional de 25% da receita de impostos a ser aplicado na manutenção e desenvolvimento do ensino, alcançando 27,83%.

A aplicação mínima de 12% da arrecadação dos impostos em ações e serviços públicos de saúde também será respeitada, tendo em vista que a proposta prevê, para tais gastos, o patamar de 14,48%.

No tocante às despesas correntes, os R\$ 15.789.937.600,00 fixados na PLOA 2016 para pessoal e encargos sociais representam incremento de 5,65% sobre os R\$ 14.944.197.800,00 da LOA 2015, o que razoável quando se leva em consideração a inflação acumulada entre janeiro e outubro deste ano, que, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), alcançou 8,52%.

Por sua vez, os juros e encargos da dívida serão expandidos em 17,56%, passando de R\$ 514.808.000 em 2015 para R\$ 605.250.000,00 em 2016. Por outro lado, o PLOA 2016 prevê um resultado primário positivo de R\$ 68.746.500,00 e uma receita corrente líquida de R\$ 20.076.738.300,00.

2.2 - Emendas apresentadas pelo Presidente de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação:

Emenda nº678/2015

Autor: Clodoaldo Magalhães

Matéria: Encaminhamos recursos para o Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal- FEM para que seja destinado ao município de Camocim a fim de executar ações de infraestrutura para melhorar a qualidade de vida daquela população.

Unidade Orçamentária Deduzida: 00118 - Recursos sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta

Ação Deduzida: 2866 - Reserva para Emendas Parlamentares

Valor Deduzido: R\$ 200.000,00

Unidade Orçamentária Acrescida: Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta

Ação Acrescida: Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas

2.3 – Emendas apresentadas pelos Parlamentares Relatores a fim de corrigir problemas encontrados na fase de análise:

33	Simone Santana	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Educação - Administração Direta	Execução de Ações do Programa Mãe Coruja Pernambucana na SEE	150.000,00
36	Simone Santana	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria da Mulher - Administração Direta	Ações de Prevenção da Violência de Gênero Contra as Mulheres.	44.500,00
60	Antônio Moraes	Alteração da subação de destino para "1470 - Acompanhamento das ações do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	140.000,00
69	Antônio Moraes	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	70.000,00
70	Antônio Moraes	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	60.000,00
74	Joel da Harpa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 40 (transferências a Municípios), da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria das Cidades - Administração Direta	Ampliação da Cobertura da Rede de Academias das Cidades	115.000,00
84	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	80.000,00
85	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	140.000,00
86	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	140.000,00
87	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	140.000,00
88	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	140.000,00
89	Henrique Queiroz	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	80.000,00
90	Botafogo	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta	Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo.	50.000,00
132	João Eudes	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	65.000,00
134	João Eudes	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	60.000,00
135	João Eudes	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	100.000,00
136	João Eudes	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	60.000,00
141	Odacy Amorim	Desconsideração do valor da emenda constante no texto da justificativa	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta	Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural	1.210.000,00
144	Dr. Valdi	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta	Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo	200.000,00
148	Lula Cabral	Alteração da unidade orçamentária de destino para "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" e da ação de destino para "4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	170.000,00
149	Lula Cabral	Alteração da unidade orçamentária de destino para "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" e da ação de destino para "4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	170.000,00
150	Lula Cabral	Alteração da unidade orçamentária de destino para "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta" e da ação de destino para "4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	170.000,00
151	Lula Cabral	Alteração da unidade orçamentária de destino para "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta", da ação de destino para "4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas" e da subação de destino para "1470 - Acompanhamento das ações do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	420.000,00

152	Lula Cabral	Alteração da unidade orçamentária de destino para "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta", da ação de destino para "4627 - Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas" e da subação de destino para "1470 - Acompanhamento das ações do Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	250.000,00
156	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Fomento aos Eventos da SDSCJ	30.000,00
157	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Fomento aos Eventos da SDSCJ	30.000,00
158	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Fomento aos Eventos da SDSCJ	30.000,00
159	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Fomento aos Eventos da SDSCJ	30.000,00
160	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Fomento aos Eventos da SDSCJ	30.000,00
166	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	120.000,00
167	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	200.000,00
168	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	80.000,00
169	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	110.000,00
170	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	100.000,00
171	Julio Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde.	200.000,00
185	Tony Gel	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde.	50.000,00
191	Tony Gel	Ajuste para modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas.	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde.	100.000,00
192	Tony Gel	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde.	80.000,00
216	Guilherme Uchoa	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar.	35.000,00
232	José Humberto Cavalcanti	Alterar o texto da justificativa: onde se lê "Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM", leia-se "o reforço do orçamento da Secretaria das Cidades na Ação 4340- Requalificação dos Espaços e Equipamentos Públicos"	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria das Cidades - Administração Direta	Requalificação dos Espaços e Equipamentos Públicos	160.000,00
234	José Humberto Cavalcanti	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	50.000,00
235	José Humberto Cavalcanti	Alteração da Modalidade de Município para Município Fundo a Fundo e alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	80.000,00
236	José Humberto Cavalcanti	Alteração da Modalidade de Município para Município Fundo a Fundo e alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	120.000,00
238	José Humberto Cavalcanti	Alteração da Modalidade de Município para Município Fundo a Fundo e alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	120.000,00
239	José Humberto Cavalcanti	Alteração da Modalidade de Município para Município Fundo a Fundo e alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	130.000,00

241	José Humberto Cavalcanti	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar	10.000,00
243	Everaldo Cabral	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Educação - Administração Direta	Ampliação do Suporte à Atividade Educacional	215.000,00
246	Everaldo Cabral	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	300.000,00
247	Everaldo Cabral	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município	Reserva para Emendas Parlamentares	Companhia Estadual de Habitação e Obras - CEHAB	Execução de Obras de Infraestrutura e de Urbanização	415.000,00
249	Ricardo Costa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	50.000,00
250	Ricardo Costa	Alteração da ação de destino para "118 - Ações Assistenciais às Populações Atingidas pela Estiagem a Cargo do IPA", da subação de destino para "Fornecimento de água via caminhões pipa para população residente nas áreas atingidas pela estiagem" e do Grupo de Despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	Ações Assistenciais às Populações Atingidas pela Estiagem a Cargo do IPA	50.000,00
251	Ricardo Costa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	80.000,00
253	Ricardo Costa	Alterar subação para "A255 - Promoção das atividades de música, cinema e esportes"	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Promoção de Direitos da Criança e da Juventude	20.000,00
261	Ricardo Costa	Ajuste para modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas.	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	30.000,00
271	Ricardo Costa	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	50.000,00
272	Ricardo Costa	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Aquisição de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos para Atenção Básica à Saúde	50.000,00
277	Ricardo Costa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	50.000,00
279	Ricardo Costa	Alteração da ação de destino para 4340 - Requalificações dos espaços e equipamentos públicos	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria das Cidades - Administração Direta	Requalificação dos Espaços e Equipamentos Públicos	50.000,00
285	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco - DER-PE	Expansão da Cobertura da Malha Viária do Estado	50.000,00
296	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	100.000,00
297	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	25.000,00
298	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	50.000,00
299	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	50.000,00
300	Pastor Cleiton Collins	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	50.000,00
319	Vinicius Labanca	Ajuste para modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas.	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	800.000,00
335	Edilson Silva	Ajuste para modalidade de aplicação 90 – Aplicações Diretas.	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Formação e Qualificação de Recursos Humanos para o SUS	100.000,00
336	Edilson Silva	Desconsiderar, no texto da emenda, o Município de Recife	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Atenção Integral à Saúde da População Negra e Quilombola	60.000,00
353	Joaquim Lira	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Educação - Administração Direta	Fornecimento de Transporte Escolar	150.000,00
364	Teresa Leitão	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Educação - Administração Direta	Expansão e Melhoria da Rede Escolar	100.000,00
368	Teresa Leitão	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural	32.500,00
369	Teresa Leitão	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural	32.500,00
370	Teresa Leitão	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município.	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria da Mulher - Administração Direta	Ações de Prevenção da Violência de Gênero Contra as Mulheres.	185.000,00
371	Teresa Leitão	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta.	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	70.000,00
373	Teresa Leitão	Alteração da Modalidade de Município Fundo a Fundo para Município	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco – FUNDARPE.	Valorização, Proteção e Preservação do Patrimônio Cultural Material do Estado	100.000,00

408	Socorro Pimentel	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Educação - Administração Direta.	Expansão e Melhoria da Rede Escolar	40.000,00
413	André Ferreira	Alteração da categoria econômica para 4, do grupo de despesa para 4 e da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde.	50.000,00
426	Aluísio Lessa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta.	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	100.000,00
427	Aluísio Lessa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta.	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde.	100.000,00
428	Aluísio Lessa	Desconsideração do valor da emenda constante no texto da justificativa	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Transportes - Administração Direta.	Execução de Obras de Infraestrutura de Transportes em Municípios	80.000,00
429	Aluísio Lessa	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta.	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	90.000,00
445	Professor Lupércio	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 50 (Instituição privada sem fins lucrativos)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta.	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar	65.000,00
465	Priscila Krause	Alteração da categoria econômica para 4 e do grupo de despesa para 4	Reserva para Emendas Parlamentares	Instituto Agrônômico de Pernambuco - IPA	Ampliação do Acesso à Água para Famílias do Meio Rural	30.000,00
467	Priscila Krause	Alteração da Unidade Orçamentária de Destino para "0404 - Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE" e da Ação de Destino para "2155 - Reforma, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Hemoterápicas do Estado"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE	Reforma, Ampliação e Aquisição de Equipamentos para as Unidades Hemoterápicas do Estado	50.000,00
528	Augusto César	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar	50.000,00
547	Eriberto Medeiros	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta	Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo	30.000,00
548	Eriberto Medeiros	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Turismo, Esportes e Lazer - Administração Direta	Promoção e Desenvolvimento do Esporte Participativo	340.000,00
554	Zé Maurício	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar	50.000,00
559	Zé Maurício	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Garantia da Oferta de Procedimentos de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - Rede Complementar	100.000,00
563	Zé Maurício	Alteração da categoria econômica para 3 e do grupo de despesa para 3	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude - Administração Direta	Promoção de Direitos da Criança e da Juventude	150.000,00
590	Raquel Lyra	Alteração do Município Beneficiado	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE	Suporte às Atividades Fins da Fundação de Hematologia e Hemoterapia de Pernambuco - HEMOPE	40.000,00
594	Raquel Lyra	Alteração de valor da emenda.	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação - Administração Direta	Desenvolvimento da Economia Solidária	75.000,00
595	Raquel Lyra	Alteração de texto na justificativa da emenda aos anexos	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta	Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural	30.000,00
599	Ângelo Ferreira	Alteração da modalidade de aplicação de destino para 41 (transferências a Municípios - fundo a fundo)	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Saúde - FES-PE - Administração Direta	Construção, Ampliação, Reforma e Equipagem de Unidades de Saúde	50.000,00
607	Ângelo Ferreira	Alterar a Unidade Orçamentária Deduzida para "118 - Recursos Sob Supervisão da Secretaria da Fazenda - Administração Direta" e a Ação Deduzida para "2866 - Reserva para Emendas Parlamentares"	Reserva para Emendas Parlamentares	Fundo Estadual de Apoio ao Desenvolvimento Municipal - FEM - Administração Direta	Apoio à Implantação de Planos de Trabalho Municipais de Investimentos em Áreas Estratégicas	180.000,00
611	Ângelo Ferreira	Alteração de valor da emenda.	Reserva para Emendas Parlamentares	Secretaria de Agricultura e Reforma Agrária - Administração Direta	Ampliação da Infraestrutura Hídrica no Meio Rural	55.000,00

2.4 – Emenda Aprovada apresentada no Relatório Parcial

EMENDA MODIFICATIVA Nº 677/2015 AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 485/2015

Autor: Romário Dias (Relator)
Matéria: Adequação da Dotação Orçamentária da Assembleia Legislativa -PE.

Unidade Orçamentária Deduzida: 00001 - Assembleia Legislativa - Administração Direta

Ação Deduzida: 0667 - Contribuições Patronais da Assembleia Legislativa ao FUNAFIN
Valor Deduzido: R\$ 11.792.000,00
Natureza da despesa: 31.91.00

Ação Deduzida: 0673 - Assessoramento às Atividades Legislativas
Valor Deduzido: R\$ 247.000,00
Natureza da despesa: 31.90.00

Ação Deduzida: 1116 - Contribuição Complementar da ALEPE ao FUNAFIN

Valor Deduzido: R\$ 23.253.000,00
Natureza da despesa: 31.91.00
Ação Deduzida: 3418 - Auxílio Saúde da ALEPE
Valor Deduzido: R\$ 2.528.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Deduzida: 4012 - Adequação das Instalações Físicas da ALEPE
Valor Deduzido: R\$ 469.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Deduzida: 4188 - Promoção de Ações de Interação da ALEPE com a Sociedade
Valor Deduzido: R\$ 2.228.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Deduzida: 4188 - Promoção de Ações de Interação da ALEPE com a Sociedade
Valor Deduzido: R\$ 48.000,00
Natureza da despesa: 44.90.00
Ação Deduzida: 4249 - Operação e Manutenção das Atividades de Informática na Assembleia Legislativa
Valor Deduzido: R\$ 3.969.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Deduzida: 4249 - Operação e Manutenção das Atividades de Informática na Assembleia Legislativa
Valor Deduzido: R\$ 9.257.000,00
Natureza da despesa: 44.90.00
Total deduzido: R\$ 53.791.000,00

Unidade Orçamentária Acrescida: 00001 - Assembleia Legislativa - Administração Direta

Ação Acrescida: 0668 - Concessão de Auxílio Alimentação a Servidores da Assembleia Legislativa
Valor Acrescido: R\$ 671.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Acrescida: 0673 - Assessoramento às Atividades Legislativas
Valor Acrescido: R\$ 1.115.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Acrescida: 0891 - Realização de Capacitações para Gestores, Servidores Públicos e Cidadãos
Valor Acrescido: R\$ 31.000,00
Natureza da despesa: 33.91.00
Ação Acrescida: 1021 - Comunicação e Publicidade Institucional da ALEPE
Valor Acrescido: R\$ 88.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Acrescida: 2743 - Implantação e manutenção de Canal Próprio de TV e emissora de rádio
Valor Acrescido: R\$ 527.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Acrescida: 2743 - Implantação e manutenção de Canal Próprio de TV e emissora de rádio
Valor Acrescido: R\$ 3.862.000,00
Natureza da despesa: 44.90.00
Ação Acrescida: 3416 – Contribuições Patronais ao Fundo de Previdência Complementar da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Valor Acrescido: R\$ 181.000,00
Natureza da despesa: 31.90.00
Ação Acrescida: 3539 – Pagamento de Verba Indenizatória aos Deputados
Valor Acrescido: R\$ 281.000,00
Natureza da despesa: 33.90.00
Ação Acrescida: 4012 - Adequação das Instalações Físicas da ALEPE
Valor Acrescido: R\$ 2.295.000,00
Natureza da despesa: 44.90.00
Ação Acrescida: 4353 - Suporte às Atividades Fins da Assembleia Legislativa
Valor Acrescido: R\$ 44.740.000,00
Natureza da despesa: 31.90.00
Total acrescido: R\$ 53.791.000,00

2.5 Rejeições de emendas por ilegalidade

IMPOSSIBILIDADE DE REDUÇÃO DAS AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS INDICADAS COMO ORIGEM					
CATEGORIA AUTOR EMENDA					
VALOR (R\$)					
FONTE DE FINANCIAMENTO INSUFICIENTE FERE A REGRA DE OURO ALTERAÇÃO DE NATUREZA DA DESPESA (4 - 3)					
Sílvio Costa Filho					
639	O valor disponível na dotação orçamentária indicada como fonte de financiamento é insuficiente para atender à emenda, contrariando o disposto no inc. II do § 3º do art. 19 da Constituição Estadual. Ademais, na Ação indicada, só há disponibilidade orçamentária na fonte 0140 - Operações de Crédito Multissetoriais, a qual só pode financiar despesas de capital, conforme a regra de ouro expressa no inc. III do art. 167 da Constituição Federal, motivo pelo qual a aprovação da emenda fica inviabilizada.				
642	O valor disponível na dotação orçamentária indicada como fonte de financiamento é insuficiente para atender à emenda, contrariando o disposto no inc. II do § 3º do art. 19 da Constituição Estadual. Ademais, na Ação indicada, só há disponibilidade orçamentária na fonte 0140 - Operações de Crédito Multissetoriais, a qual só pode financiar despesas de capital, conforme a regra de ouro expressa no inc. III do art. 167 da Constituição Federal, motivo pelo qual a aprovação da emenda fica inviabilizada.				
INVIABILIZA AÇÃO GOVERNAMENTAL CONSTANTE DO PPA					
Júlio Cavalcanti					
660	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 22% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 41% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
662	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 25% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 43% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
663	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 73% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 79% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
664	A proposta orçamentária da entidade como um todo apresenta uma redução de 8,39% no Grupo de Despesas 3 - Outras Despesas Correntes. Quando considerada a inflação do período, a qual já ultrapassa 10%, fica demonstrado que há um esforço de racionalização dos gastos de forma significativa. Além disso, o montante foi fixado com base na necessidade apontada pela própria Agência. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
665	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 40% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 52% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
666	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 9% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 31% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
667	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 59% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 79% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
668	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 9% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 56% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
670	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 26% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 85% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.				
Priscilla Krause					
342	A proposta orçamentária já apresenta uma redução de 21% com relação ao orçamento consignado no exercício de 2015. O acatamento das emendas nº 342/2015 e 637/2015 implicaria numa redução de 88% com relação ao exercício anterior, inviabilizando a comunicação governamental, e, por conseguinte, a execução de Ação prevista no PPA, em				

	desacordo com o disposto no inc. I do §3º do art. 19 da Constituição Estadual. Ademais, a proposta encaminhada corresponde a 0,29% da Receita Corrente Corrente Líquida (RCL), expressivamente abaixo do limite de 1% da RCL, definido pela Lei estadual nº 12.746, de 14 de janeiro de 2005.,	CASA CIVIL	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TODOS OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	18.970.800,00
Silvio Costa Filho				
629	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 40% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 52% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	GAB GOV	MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS DA GOVERNADORIA	188.000,00
631	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 9% com relação ao exercício de 2015. A emenda reduz a dotação em 57% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	GAB GOV	PROMOÇÃO DAS ATIVIDADES GOVERNAMENTAIS E DE REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO GOVERNADOR	1.657.000,00
632	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 5% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 24% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	CASA CIVIL	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA SECRETARIA DA CASA CIVIL	19.000,00
633	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 19% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 35% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	CASA CIVIL	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DA SECRETARIA DA CASA CIVIL	366.800,00
636	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 6% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 53% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	CASA CIVIL	COORDENAÇÃO DO ESCRITÓRIO DE PERNAMBUCO EM BRASÍLIA	295.000,00
637	A proposta orçamentária já apresenta uma redução de 21% com relação ao orçamento consignado no exercício de 2015. O acatamento das emendas nº 342/2015 e 637/2015 implicaria numa redução de 88% com relação ao exercício anterior, inviabilizando a comunicação governamental, e, por conseguinte, a execução de Ação prevista no PPA, em desacordo com o disposto no inc. I do §3º do art. 19 da Constituição Estadual. Ademais, a proposta encaminhada corresponde a 0,29% da Receita Corrente Corrente Líquida (RCL), expressivamente abaixo do limite de 1% da RCL, definido pela Lei estadual nº 12.746, de 14 de janeiro de 2005.,	CASA CIVIL	DIVULGAÇÃO GOVERNAMENTAL EM TODOS OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO	27.250.000,00
638	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 38% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 50% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	SETRA	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DA SECRETARIA DE TRANSPORTES	138.000,00
640	A proposta orçamentária já apresenta uma redução de 83% com relação ao orçamento consignado no exercício de 2015. O acatamento da emenda implicaria numa redução de 95% com relação ao exercício anterior, inviabilizando o compromisso assumido contratualmente com os parceiros privados, o que acarretaria em prejuízos pecuniários pelo descumprimento das obrigações acordadas. Por isso, a emenda deve ser rejeitada.	GAB VICE-GOV	ACOMPANHAMENTO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE PPP	10.743.600,00
641	A proposta orçamentária apresentou uma redução de 15% com relação ao exercício de 2015. A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em 32% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	CAMIL	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DA CASA MILITAR	740.000,00
648	A aprovação da emenda implicaria na redução da dotação em18% do orçamento de 2015. Assim, a emenda, ao subtrair recursos de Ação já definida no Projeto de Plano Plurianual 2016/2019, e comprometer a sua execução, está incompatível com aquele instrumento, contrariando o inc. I do § 3º do artigo 19 da Constituição Estadual, pelo que fica inviabilizada a sua aprovação.	IRH-PE	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DO INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE	380.600,00
INVIABILIZA REGULARIZAÇÃO FISCAL DA PERPART REDUÇÃO DA RECEITA TOTAL DO PLOA 2016				
Júlio Cavalcanti				
672	A dotação indicada como fonte de anulação é destinada a inversão financeira para aumento de capital da PERPART, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995. O orçamento é executado na modalidade de aplicação 91, isto é, trata-se de uma despesa intraorçamentária, cujos recursos são apropriados como receita pela entidade na fonte 0255-Recursos Captados para Aumento de Capital. Assim, a proposição implica em redução das receitas totais do PLOA 2016, visto que reduz a receita intraorçamentária da empresa (fonte 0255). Cumpre ainda destacar que o aporte é destinado a atender a despesas decorrentes da incorporação da COHAB, particularmente para o pagamento dos encargos das dívidas com a Caixa Econômica Federal, gestora do Sistema Financeiro de Habitação, cujo inadimplemento implicaria em sanções (juros de mora), inclusive provocando restrições para a captação de recursos da União.	SAD	INVERSÕES EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA PERPART	8.000.000,00
673	A dotação indicada como fonte de anulação é destinada a inversão financeira para aumento de capital da PERPART, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995. O orçamento é executado na modalidade de aplicação 91, isto é, trata-se de uma despesa intraorçamentária, cujos recursos são apropriados como receita pela entidade na fonte 0255-Recursos Captados para Aumento de Capital. Assim, a proposição implica em redução das receitas totais do PLOA 2016, visto que reduz a receita intraorçamentária da empresa (fonte 0255). Cumpre ainda destacar que o aporte é destinado a atender a despesas decorrentes da incorporação da COHAB, particularmente para o pagamento dos encargos das dívidas com a Caixa Econômica Federal, gestora do Sistema Financeiro de Habitação, cujo inadimplemento implicaria em sanções (juros de mora), inclusive provocando restrições para a captação de recursos da União.	SAD	INVERSÕES EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA PERPART	8.000.000,00
674	A dotação indicada como fonte de anulação é destinada a inversão financeira para aumento de capital da PERPART, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995. O orçamento é executado na modalidade de aplicação 91, isto é, trata-se de uma despesa intraorçamentária, cujos recursos são apropriados como receita pela entidade na fonte 0255-Recursos Captados para Aumento de Capital. Assim, a proposição implica em redução das receitas totais do PLOA 2016, visto que reduz a receita intraorçamentária da empresa (fonte 0255). Cumpre ainda destacar que o aporte é destinado a atender a despesas decorrentes da incorporação da COHAB, particularmente para o pagamento dos encargos das dívidas com a Caixa Econômica Federal, gestora do Sistema Financeiro de Habitação, cujo inadimplemento implicaria em sanções (juros de mora), inclusive provocando restrições para a captação de recursos da União.	SAD	INVERSÕES EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA PERPART	8.000.000,00
675	A dotação indicada como fonte de anulação é destinada a inversão financeira para aumento de capital da PERPART, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995. O orçamento é executado na modalidade de aplicação 91, isto é, trata-se de uma despesa intraorçamentária, cujos recursos são apropriados como receita pela entidade na fonte 0255-Recursos Captados para Aumento de Capital. Assim, a proposição implica em redução das receitas totais do PLOA 2016, visto que reduz a receita intraorçamentária da empresa (fonte 0255). Cumpre ainda destacar que o aporte é destinado a atender a despesas decorrentes da incorporação da COHAB, particularmente para o pagamento dos encargos das dívidas com a Caixa Econômica Federal, gestora do Sistema Financeiro de Habitação, cujo inadimplemento implicaria em sanções (juros de mora), inclusive provocando restrições para a captação de recursos da União.	SAD	INVERSÕES EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA PERPART	8.000.000,00
676	A dotação indicada como fonte de anulação é destinada a inversão financeira para aumento de capital da PERPART, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995. O orçamento é executado na modalidade de aplicação 91, isto é, trata-se de uma despesa intraorçamentária, cujos recursos são apropriados como receita pela entidade na fonte 0255-Recursos Captados para Aumento de Capital. Assim, a proposição implica em redução das receitas totais do PLOA 2016, visto que reduz a receita intraorçamentária da empresa (fonte 0255). Cumpre ainda destacar que o aporte é destinado a atender a despesas decorrentes da incorporação da COHAB, particularmente para o pagamento dos encargos das dívidas com a Caixa Econômica Federal, gestora do Sistema Financeiro de Habitação, cujo inadimplemento implicaria em sanções (juros de mora), inclusive provocando restrições para a captação de recursos da União.	SAD	INVERSÕES EM PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DA PERPART	8.000.000,00
PREJUDICA A MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DO ESTADO, INVIABILIZANDO A MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA				
Júlio Cavalcanti				
671	A proposta orçamentária prevê uma redução de 5% em relação ao orçamento de 2015 da dotação indicada como fonte de financiamento da emenda. Trata-se de uma despesa relevante, já que é destinada à disponibilização da infraestrutura corporativa de computação e comunicação do governo, e serviços de tecnologia da informação compartilhados (data center e serviços de rede corporativa de telemática), de forma que a aprovação da emenda comprometeria a cobertura orçamentária de despesas relacionadas à segurança e continuidade das atividades e ações da Administração Pública.	ATI	DISSEMINAÇÃO DE INFRAESTRUTURA CORPORATIVA E SERVIÇOS COMPARTILHADOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - TI PARA O GOVERNO	9.000.000,00
RECEITA DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO				
Silvio Costa Filho				
647	A Ação orçamentária indicada como fonte de financiamento possui dotações nas fontes 0140 - Operações de Crédito Multissetoriais e na fonte 0241 - Recursos Próprios - Adm. Indireta. A primeira não pode ser aplicada em despesas correntes, consoante a regra de ouro expressa no inc. III do art. 167 da Constituição Federal, e a segunda deve ser aplicada para atender a despesas da própria entidade, nos termos da Lei Nº 11.925, de 2 de janeiro de 2001, motivo pelo qual a aprovação da emenda fica inviabilizada.	IRH-PE	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DO IRH-PE	22.600,00
RECEITA PRÓPRIA DO ÓRGÃO				
Júlio Cavalcanti				
661	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0241 - Recursos Próprios - Adm. Indireta, cujos recursos devem ser aplicados em benefício da própria entidade, consoante art. 17 da Lei Nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, de forma que a aprovação da emenda fica inviabilizada.	PERPART	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART	55.400,00
669	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0104 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta, natureza da receita 1600.13.97 - RECEITA PECONSIG, cuja destinação está regulamentada no Decreto Nº 37.355, de 3 de novembro de 2011, o qual não prevê a execução das despesas propostas, motivo pelo qual a aprovação da emenda em análise fica prejudicada.	SAD	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA NA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	256.800,00
Silvio Costa Filho				
634	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0241 - Recursos Próprios - Adm. Indireta, cujos recursos devem ser aplicados em benefício da própria entidade, nos termos do art. 4º da Lei Nº 11.314, de 29 de dezembro de 1995, de forma que a aprovação da emenda fica inviabilizada.	PERPART	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA NA PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART	111.200,00
643	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0241 - Recursos Próprios - Adm. Indireta, cujos recursos devem ser aplicados em benefício da própria entidade, consoante art. 17 da Lei Nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, de forma que a sua aprovação da emenda fica inviabilizada.	ARPE	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE	886.700,00
644	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0104 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta, natureza da receita 1600.13.97 - RECEITA PECONSIG, cuja destinação está regulamentada no Decreto Nº 37.355, de 3 de novembro de 2011, o qual não prevê a execução das despesas propostas, motivo pelo qual a aprovação da emenda em análise fica prejudicada.	SAD	COORDENAÇÃO E CONTROLE DA POLÍTICA DE PESSOAL	394.400,00
649	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0104 - Recursos Diretamente Arrecadados - Adm. Direta, natureza da receita 1600.13.97 - RECEITA PECONSIG, cuja destinação está regulamentada no Decreto Nº 37.355, de 3 de novembro de 2011, o qual não prevê a execução das despesas propostas, motivo pelo qual a emenda em análise fica prejudicada.	SAD	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E REEQUIPAGEM DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	19.600,00
657	A dotação indicada como fonte de financiamento está consignada na fonte de recursos 0241 - Recursos Próprios - Adm. Indireta, cujos recursos devem ser aplicados em benefício da própria entidade, consoante art. 17 da Lei Nº 12.524, de 30 de dezembro de 2003, de forma que a aprovação da emenda fica inviabilizada.	ARPE	ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS E REEQUIPAGEM DA AGÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - ARPE	123.800,00
RECEITA VINCULADA: FAAF				
Silvio Costa Filho				
630	A fonte de financiamento indicada é legalmente vinculada ao reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Fazenda, consoante § 2º do art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996, motivo pelo qual a emenda em análise fica prejudicada.	SEFAZ	OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE INFORMÁTICA NA SECRETARIA DA FAZENDA	2.943.400,00
635	A fonte de financiamento indicada é legalmente vinculada ao reaparelhamento e reequipamento da Secretaria da Fazenda, consoante § 2º do art. 12 da Lei nº 11.333, de 3 de abril de 1996, motivo pelo qual a emenda em análise fica prejudicada.	SEFAZ	OPERACIONALIZAÇÃO E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA SEFAZ	1.897.400,00
INVIABILIZA MANUTENÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE				
Júlio Cavalcanti				
658	A aprovação das emendas 645/2015 e 658/2015 implicaria numa redução de 87% em relação ao orçamento de 2015, o que inviabilizaria a manutenção da entidade.	ATI	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DAAGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATI	1.668.500,00
659	A proposta orçamentária prevê uma redução de 44% em relação ao orçamento de 2015 da dotação indicada como fonte de financiamento da emenda. A aprovação da emenda implicaria numa redução de 93%, o que inviabilizaria a manutenção da entidade.	PERPART	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DA PERNAMBUCO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S/A - PERPART	3.458.550,00
Silvio Costa Filho				
645	A aprovação das emendas 645/2015 e 658/2015 implicaria numa redução de 87% em relação ao orçamento de 2015, o que inviabilizaria a manutenção da entidade.	ATI	SUPORTE ÀS ATIVIDADES FINS DAAGÊNCIA ESTADUAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - ATI	1.668.500,00
Total geral				126.896.650,00

2.6 – Emendas técnicas apresentadas pelo Presidente de Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação			ACRÉSCIMO DA DESPESA	
PROGRAMAÇÃO ANUAL DE TRABALHO ESPECIFICAÇÃO	ORÇAMENTO FISCAL 2016	RECURSOS DE TODAS AS FONTES FONTE	EM R\$ VALOR	
2.6.1 Alterações na estrutura programática (sem impacto orçamentário)				
2.6.1.1 Excluir Programa				
ÓRGÃO – 38000 SECRETARIA DAS CIDADES				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 505 Consórcio de Transportes da Região Metropolitana do Recife - CTM				
PROGRAMA 1088 – FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL NA ESFERA GOVERNAMENTAL				
11000 – GOVERNADORIA DO ESTADO				
000103 – Casa Militar - Administração Direta				
Atividade:	06.182.0071.1477 - Manutenção das Atividades de Restabelecimento da Normalidade do Cenário de Desastres			1.200.000,00
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	0101		1.200.000,00
	TOTAL			1.200.000,00
ÓRGÃO – 43000 SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO				
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA – 104 Secretaria da Micro e Pequena Empresa, Trabalho e Qualificação - Administração Direta				
PROGRAMA 1089 – APOIO GERENCIAL E TECNOLÓGICO ÀS AÇÕES DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA, TRABALHO E QUALIFICAÇÃO				
2.7 - Dos Resultados				

2.7 - Dos Resultados

<i>Autoria</i>	<i>A</i>	<i>R</i>	<i>Total</i>
ADALTO SANTOS	7	0	7
AGLAILSON JÚNIOR	7	0	7
ALUÍSIO LESSA	20	0	20
ÁLVARO PORTO	12	0	12
ANDRÉ FERREIRA	7	0	7
ÂNGELO FERREIRA	30	0	30
ANTÔNIO MORAES	11	0	11
AUGUSTO CÉSAR	25	0	25
BETO ACCIOLY	2	0	2
BISPO OSSESIO SILVA	7	0	7
BOTAFOGO	7	0	7
CLAUDIANO MARTINS FILHO	11	0	11
CLODOALDO MAGALHÃES	40	0	40
DIOGO MORAES	7	0	7
Dr. VALDI	8	0	8
EDILSON SILVA	19	0	19
EDUÍNO BRITO	13	0	13
ERIBERTO MEDEIROS	24	0	24
EVERALDO CABRAL	6	0	6
FRANCISMAR PONTES	4	0	4
GUILHERME UCHOA	18	0	18
HENRIQUE QUEIROZ	14	0	14
JOÃO EUDES	18	0	18
JOAQUIM LIRA	8	0	8
JOEL DA HARPA	7	0	7
JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI	15	0	15
JULIO CAVALCANTI	17	19	36
LUCAS RAMOS	8	0	8
LULA CABRAL	8	0	8
MARCANTÔNIO DOURADO	2	0	2
MIGUEL COELHO	12	0	12
ODACY AMORIM	3	0	3
PASTOR CLEITON COLLINS	17	0	17
PEDRO SERAFIM NETO	7	0	7
PRISCILA KRAUSE	21	1	22
PROFESSOR LUPÉRCIO	8	0	8
RAQUEL LYRA	28	0	28
RICARDO COSTA	34	0	34
RODRIGO NOVAES	18	0	18
ROGÉRIO LEÃO	20	0	20
ROMÁRIO DIAS	15	0	15
SÍLVIO COSTA FILHO	8	22	30
SIMONE SANTANA	14	0	14
SOCORRO PIMENTEL	12	0	12
TERESA LEITÃO	22	0	22
TONY GEL	25	0	25
VINÍCIUS LABANCA	3	0	3
WALDEMAR BORGES	2	0	2
ZÉ MAURÍCIO	17	0	17
Total	668	42	710

Observadas todas as considerações acima expostas, incluindo as alterações propostas, declaro-me favorável à aprovação do **Projeto de Lei n.º 485/2015**, (LOA 2016), que estima a Receita e fixa a Despesa do Estado de Pernambuco para o exercício financeiro de 2016, juntamente com as alterações propostas no seio desta Comissão.

Clodoaldo Magalhães Deputado	
3. Conclusão da Comissão	
Uma vez que foram atendidos os dispositivos legais que normatizam a apreciação de emendas ao Projeto de Lei n.º 485/2015 , concluímos pela aprovação do parecer do relator, juntamente com as alterações propostas no seio desta Comissão.	
Sala de reuniões 02 de dezembro de 2015.	
Sala da Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação, em 2 de dezembro de 2015.	

Presidente em exercício: Lucas Ramos.
Relator : Clodoaldo Magalhães.
Favoráveis os (7) deputados: Eriberto Medeiros, Henrique Queiroz, Joaquim Lira, Julio Cavalcanti, Priscila Krause, Romário Dias, Sílvio Costa Filho.

REPUBLICADO

Ata da Mesa Diretora

ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, REALIZADA NA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, NO DIA 4 DE NOVEMBRO DE 2015

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE, ÀS DEZ HORAS, NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA DESTA PODER, REÚNE-SE A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SOB A PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO GUILHERME UCHOA, PRESENTES OS DEPUTADOS AUGUSTO CÉSAR, DIOGO MORAES, ERIBERTO MEDEIROS, PASTOR CLEITON COLLINS, ROMÁRIO DIAS E VINÍCIUS LABANCA, MEMBROS TITULARES; ANDRÉ FERREIRA, BETO ACCIOLY E ROGÉRIO LEÃO, MEMBROS SUPLENTES; E SÍLVIO COSTA FILHO, NA QUALIDADE DE LÍDER DA BANCADA DE OPOSIÇÃO, E OS SENHORES ROBERTA SANTANA DO AMARAL, SUPERINTENDENTE-GERAL; ISMAR CABRAL TEIXEIRA, PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO; E ANA OLÍMPIA CELSO DE MIRANDA SEVERO, SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DIRETORA. HAVENDO NÚMERO REGIMENTAL, O SENHOR PRESIDENTE DECLARA ABERTA A REUNIÃO, DETERMINA A LEITURA DA ATA DA REUNIÃO DA MESA DIRETORA REALIZADA NO DIA SETE DE OUTUBRO DO CORRENTE, APÓS A QUAL O SENHOR PRESIDENTE A SUBMETE À DISCUSSÃO E À VOTAÇÃO, QUE, APROVADA SEM CONTESTAÇÃO, É ASSINADA E ENVIADA À PUBLICAÇÃO. O SENHOR PRESIDENTE DISTRIBUI AO DEPUTADO DIOGO MORAES O REQUERIMENTO FUNCIONAL Nº 054053-AL/2015, DO SENHOR SERVIDOR FERNANDO ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA, MATRÍCULA Nº 503, ANALISTA LEGISLATIVO, ESPECIALIDADE CONSULTOR LEGISLATIVO, QUE REQUER APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA INTEGRAL. O SENHOR RELATOR OPINA PELA CONCESSÃO DA APOSENTADORIA DO SERVIDOR, DE ACORDO COM O ART. 3º DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 47/2005, LASTREADA EM SUFICIENTES TEMPOS DE SERVIÇO E DE CONTRIBUIÇÃO PARA A NECESSÁRIA INTEGRALIDADE DOS PROVENTOS, COM A RESSALVA DE QUE ESSES PROVENTOS SERÃO FIXADOS EM DEFINITIVO PELO ÓRGÃO COMPETENTE, NO CASO, O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO. O SENHOR PRESIDENTE DISTRIBUI AO DEPUTADO DIOGO MORAES O PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO AO PARECER PG Nº 946/2015, QUE INDEFERIU PROGRESSÃO FUNCIONAL DO SENHOR SERVIDOR SEBASTIÃO IGNÁCIO DE

OLIVEIRA JÚNIOR, CARGO EFETIVO DE ANALISTA LEGISLATIVO, ESPECIALIDADE MEDICINA, EXARADO NO REQUERIMENTO FUNCIONAL Nº 717954-GA/2015. ENTENDE O RELATOR, TENDO EM VISTA CONSIDERAÇÕES EXARADAS PELO PROCURADOR-GERAL, QUE O SERVIDOR PODERÁ SER PROGREDIDO NOS TERMOS DO INCISO II DO ART. 8º DA LEI Nº 12.777/2005, QUE PERMITE A PROGRESSÃO DO SERVIDOR QUANDO ELE ESTIVER EXERCENDO A CHEFIA NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO ESTADO. DESSARTE, OPINA FAVORÁVEL À CONCESSÃO DA PROGRESSÃO DO SERVIDOR DO NÍVEL SALARIAL NI-07 PARA O NÍVEL DE REMUNERAÇÃO NI-08. O SENHOR PRESIDENTE SUBMETE TODOS ESTES PARECERES À APRECIÇÃO DO COLEGIADO, SENDO APROVADOS POR UNANIMIDADE. O SENHOR PRESIDENTE PROPÕE AO COLEGIADO A SUSPENSÃO DE ACRÉSCIMOS DE MÉRITOS NA MEDALHA LEÃO DO NORTE NOS PRÓXIMOS DOZE MESES, POR ENTENDER QUE A PREMIAÇÃO EXCESSIVA PODE DESVIRTUAR O PROPÓSITO DA OUTORGA DA MEDALHA. A MESA DIRETORA DECIDE POR UNANIMIDADE QUE NÃO HAVERÁ ACRÉSCIMOS DE MÉRITOS NA MEDALHA LEÃO DO NORTE NOS PRÓXIMOS DOZE MESES E QUE QUAISQUER PROJETOS QUE ACRESCENTEM MÉRITOS NA MEDALHA LEÃO DO NORTE SÓ SERÃO DISTRIBUÍDOS E VOTADOS APÓS ESSE PERÍODO. O SENHOR PRESIDENTE SUBMETE AO COLEGIADO PROPOSTA DE RENOVAÇÃO DO CONTRATO FIRMADO ENTRE ESTE PODER E O INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL), CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VISANDO A OPERACIONALIZAÇÃO DE CINQUENTA ESTÁGIOS, POR MAIS DOZE MESES A PARTIR DO DIA VINTE E OITO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE, E INFORMA QUE O PERCENTUAL DE REAJUSTE FINAL DA BOLSA-AUXÍLIO TOMOU POR BASE O PERCENTUAL DE REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO PRATICADO NO PERÍODO E QUE O PERCENTUAL DE REAJUSTE FINAL DO AUXÍLIO-TRANSPORTE LEVOU EM CONTA AS ATUAIS TARIFAS PRATICADAS PELO SISTEMA DE TRANSPORTE PÚBLICO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE, DE MODO A PROPICIAR A CONTINUIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM PROMOVIDO POR ESTE PODER. OS MEMBROS DA MESA DIRETORA UNANIMEMENTE APROVAM A PROPOSTA DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL. O SENHOR PRESIDENTE APRESENTA AO COLEGIADO PROPOSTA DE ATO ADMINISTRATIVO COM A FINALIDADE DE DISCIPLINAR O PROCEDIMENTO PARA CONCESSÃO, GOZO E PAGAMENTO DAS FÉRIAS DOS SERVIDORES EM EXERCÍCIO NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, CONSUBSTANCIADO EM PARECER DA PROCURADORIA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM RESPOSTA A CONSULTA FORMULADA PELA SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO DE PESSOAS. OS SENHORES MEMBROS DA MESA DIRETORA OPINAM PELA APROVAÇÃO DO REFERIDO ATO, DETERMINANDO O SENHOR PRESIDENTE SUA PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO. O SENHOR PRESIDENTE SUBMETE AO COLEGIADO PROPOSTA DE CRIAÇÃO DA SUPERINTENDÊNCIA DE INTELIGÊNCIA LEGISLATIVA, QUE TERÁ A FINALIDADE DE SE TORNAR FERRAMENTA NECESSÁRIA EM INVESTIGAÇÃO E APURAÇÃO PARA INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTOS POLICIAIS RELATIVAMENTE A ATOS E FATOS QUE AFETEM O PODER LEGISLATIVO; PROPOSTA DE CRIAÇÃO DE COMISSÃO DE AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DE SERVIDORES, COM VISTAS À ESTABILIDADE NO CARGO, A QUAL PROCEDERÁ A AVALIAÇÕES SEMESTRAIS E EMITIRÁ LAUDO FINAL DE AVALIAÇÃO, COMO DETERMINA A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO; E PROPOSTA DE PROJETO DE RESOLUÇÃO DISPONDO SOBRE A AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. O COLEGIADO APROVA ESTAS PROPOSTAS, AS QUAIS O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA À SECRETÁRIA GERAL DA MESA DIRETORA QUE SEJAM ENCAMINHADAS À TRAMITAÇÃO LEGISLATIVA. O SENHOR PRESIDENTE CONCEDE A PALAVRA AO SENHOR PRIMEIRO-SECRETÁRIO, QUE EXPÕE AO COLEGIADO PROPOSTA DE CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO ATÉ O DIA DEZESSETE DE DEZEMBRO DO CORRENTE DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS POR OCASIÃO DO PERÍODO NATALINO INTITULADA "NATAL DO BEM" EM CAIXAS LOCALIZADOS NA ENTRADA DO ANEXO I E NA ENTRADA E NOS ANDARES DO ANEXO II A ESTE PODER PARA DOAÇÃO A ENTIDADES ASSISTENCIAIS. O COLEGIADO APROVA A INICIATIVA E DECIDE QUE A CAMPANHA SERÁ INICIADA NO DIA PRIMEIRO DE DEZEMBRO DO CORRENTE, QUANDO DA INAUGURAÇÃO DA ILUMINAÇÃO DE NATAL DESTE PODER E QUE OS ALIMENTOS ARRECADADOS SERÃO ENTREGUES NO DIA VINTE E UM DE DEZEMBRO DO CORRENTE. O SENHOR PRESIDENTE INFORMA QUE NO PERÍODO DE SETE DE OUTUBRO A TRÊS DE NOVEMBRO DO CORRENTE FORAM ASSINADOS OS ATOS ADMINISTRATIVOS NºS 565/2015 A 588/2015, PUBLICADOS NO DIÁRIO OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO. O SENHOR PRESIDENTE DETERMINA À SENHORA SECRETÁRIA-GERAL DA MESA DIRETORA QUE LAVRE ESTA ATA, PARA FINS LEGAIS E DE PUBLICAÇÃO, AO FINAL ASSINADA PELOS MEMBROS DA MESA DIRETORA, ENCERRA A REUNIÃO E CONVOCA A PRÓXIMA REUNIÃO PARA AS DEZ HORAS DO DIA DEZESSEIS DE DEZEMBRO DO CORRENTE NO GABINETE DA PRESIDÊNCIA, SITUADO NA SALA 608, LOCALIZADA NO SEXTO ANDAR DO EDIFÍCIO JOÃO NEGROMONTE FILHO.

DEPUTADO GUILHERME UCHOA
PRESIDENTE

DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR
PRIMEIRO-VICE-PRESIDENTE

DEPUTADO DIOGO MORAES
PRIMEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO ROMÁRIO DIAS
TERCEIRO-SECRETÁRIO

DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS
QUARTO-SECRETÁRIO

DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO
SEGUNDO-SUPLENTE

DEPUTADO ADALTO SANTOS
QUARTO-SUPLENTE

REPUBLICADA

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2015.

Às dez horas do dia dez de novembro de dois mil e quinze, no recinto do plenarinho II, 5º andar do anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco-Edf. Senador Nilo Coelho, reuniram-se os Deputados Miguel Coelho, Henrique Queiroz e Rodrigo Novaes, sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Deputado Miguel Coelho deu por iniciada a reunião colocando em discussão o Substitutivo nº01/2015 ao Projeto de Lei Ordinária nº226/2015. O relator do citado Projeto solicitou prazo para apresentar seu relatório. Prazo concedido pelo Presidente. Dando continuidade foi colocado em discussão o Substitutivo nº01/2015 ao Projeto de Lei Ordinária nº346/2015. O Deputado Henrique Queiroz sugeriu que fosse marcada uma Audiência Pública com as empresas de segurança onde se tiraria dúvidas sobre a utilização de cães de guarda. Sugestão aceita. Na sequência entrou em discussão o Substitutivo nº01/2015 ao Projeto de Lei Ordinária nº424/2015, cujo relator Deputado Henrique Queiroz emitiu parecer recomendando a aprovação do mesmo. Posto em votação o parecer foi aprovado por unanimidade dos presentes. Na continuidade o Deputado Miguel Coelho convidou a todos para participar da Audiência Pública que seria realizada em Petrolina, no dia 12 (doze) de novembro próximo, na qual estarão em pauta questões relativas à distribuição de água através de carro pipa. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião marcando outra para dia e hora regimentais. E, para que tudo seja registrado, foi digitada esta Ata, que após ser aprovada, será assinada e publicada.

Deputado Miguel Coelho
Presidente

Deputado Claudiano Martins Filho
Deputado Ângelo Ferreira
Deputado Joaquim Lyra

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, REALIZADA EM 15 DE DEZEMBRO DE 2015.

Às dez horas do dia quinze de dezembro de dois mil e quinze, no recinto do plenarinho II, 5º andar do anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco- Edf. Senador Nilo Coelho, reuniram-se os Deputados Miguel Coelho, Claudiano Martins Filho, Ângelo Ferreira e Joaquim Lyra, sob a presidência do primeiro. Havendo número legal o Deputado Miguel Coelho deu por iniciada a reunião colocando em discussão o Projeto de Lei Ordinária nº 645/2015 de autoria do Poder Executivo, cujo relator Deputado Claudiano Martins Filho apresentou parecer opinando pela aprovação. Posto em discussão o parecer foi acatado no seio da Comissão por unanimidade dos membros presentes. Continuando foram colocados em discussão os Substitutivos nº01/2015 ao Projeto de Lei Ordinária nº226/2015 e nº01/2015 ao Projeto de nº500/2015, cujo relator dos dois foi o Deputado Claudiano Martins Filho, que deu parecer favorável a aprovação de ambos. Pareceres aprovados por unanimidade no seio do Colegiado Técnico. Não havendo mais nada a tratar, o Deputado Miguel Coelho agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para que tudo seja registrado, foi digitada esta Ata, que após ser aprovada, será assinada e publicada.

Deputado Miguel Coelho
Presidente
Deputado Ângelo Ferreira
Deputado Pedro Serafim Neto

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2015.

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e quinze, às dez horas, no Plenarinho II, localizado no quinto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e sob a Presidência do deputado Aluísio Lessa, reuniram-se os deputados: Miguel Coelho e Júlio Cavalcanti. Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião. Foi aprovada a ata da reunião ordinária realizada em quatro de novembro do corrente ano. Em seguida, realizou a distribuição das seguintes proposições: Projeto de Lei Ordinária nº 554/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa concede isenção do ICMS às operações promovidas por estabelecimento industrial de alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças de vestuário, regime de urgência, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 555/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa concede isenção do ICMS relativamente às saídas internas de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte complementar de passageiros na Região Metropolitana do Recife – RMR, por meio de ônibus, e introduz modificações na Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 562/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa dispõe sobre o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, agrupando em um único texto normativo as normas previstas em lei sobre a matéria, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 563/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa modifica a Lei nº 13.072, de 19 de julho de 2006, que institui a sistemática de tributação do ICMS referente a refinaria de petróleo, relativamente ao diferimento do imposto na saída interna e na importação de matérias-primas e outros insumos destinados aos estabelecimentos beneficiários da mencionada sistemática, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 564/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa altera a Lei nº 13.614, de 4 de novembro de 2008, que consolida e revisa as normas disciplinadoras do Conselho Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco - CONSEMA/PE, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 572/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa revoga a Lei nº 12.556, de 7 de abril de 2004, que concede isenção do ICMS nas saídas internas de gás natural utilizado por usina termoeletrica, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 579/2015, de autoria do deputado Sílvio Costa Filho, cuja ementa institui o Programa de Consientização e Orientação sobre Síndrome de Down, e fixa outras providências, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 596/2015, de autoria do deputado Zé Maurício, cuja ementa cria o Programa Estadual de Descarte de Medicamentos, a sua destinação final ambientalmente adequada e dá outras providências, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 615/2015, de autoria do deputado Ricardo Costa, cuja ementa dispõe sobre a comercialização de produtos não disponível em estoque e dá outras providências, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 624/2015, de autoria do deputado Raquel Lyra, cuja ementa determina critérios estruturais para hotéis, motéis, albergues, pousadas e assemelhados, com a finalidade de facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência de locomoção ou mobilidade reduzida e dá outras providências, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Complementar nº 631/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa concede redução da base de cálculo e crédito presumido do ICMS na saída interna de mercadoria cuja alíquota do imposto incidente na operação interna seja igual ou superior a 23% (vinte e três por cento, regime de urgência, para relatoria do deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 632/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa modifica as Leis nº 11.675, de 11 de outubro de 1999, nº 12.234, de 26 de junho de 2002, nº 12.240, de 28 de junho de 2002, nº 12.430, de 29 de setembro de 2003, nº 12.723, de 9 de dezembro de 2004, nº 13.942, de 4 de dezembro de 2009, e nº 14.277, de 25 de março de 2011, relativamente aos incentivos ou benefícios fiscais concedidos em função da alíquota interna do ICMS, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 635/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa institui a política de apoio e incentivo ao desenvolvimento do cooperativismo no âmbito do Estado de Pernambuco, regime de Urgência, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; Projeto de Lei Ordinária nº 639/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa altera a Lei nº 13.178, de 29 de dezembro de 2006, que uniformiza o procedimento administrativo para constituição de crédito não tributário do Estado de Pernambuco, não disciplinado em legislação específica, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho; Projeto de Lei Ordinária nº 640/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa modifica a Lei nº 10.403, de 29 de dezembro de 1989, que institui os tributos no âmbito do Distrito Estadual de Fernando de Noronha e dispõe sobre a sua competência tributária, relativamente à Taxa de Preservação Ambiental, regime de Urgência, para relatoria do deputado Aluísio Lessa; Projeto de Lei Ordinária nº 644/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa dispõe sobre o Fretamento no âmbito do Estado de Pernambuco, regime de urgência, para relatoria do deputado Júlio Cavalcanti; e Projeto de Lei Ordinária nº 645/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa disciplina a regularização fundiária de imóveis utilizados por entidades sociais, ou para fins comerciais, industriais ou de serviços, localizados em área de regularização fundiária de interesse social, regime de urgência, para relatoria do deputado Miguel Coelho. Em seguida, fez a discussão das seguintes proposições: Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 213/2015, de autoria do deputado Everaldo Cabral, cuja ementa modifica a Lei 15.232, de 27 de fevereiro de 2014, que dispõe sobre normas de prevenção e proteção contra incêndio, o parecer do relator, deputado Lucas Ramos, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Substitutivo nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, ao Projeto de Lei Ordinária nº 274/2015, de autoria do Deputado Joaquim Lira, cuja ementa estabelece o envio de informações referentes à criança e ao adolescente para o Poder Judiciário, e dá outras providências, o parecer do relator, deputado Júlio Cavalcanti, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 467/2015, de autoria do deputado Miguel Coelho, juntamente com a Emenda Supressiva nº 01/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, e Emenda Aditiva nº 02/2015, de autoria da Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, cuja ementa institui, no Calendário de Eventos do Estado de Pernambuco, o Dia Estadual da Micro e Pequena Empresa, e dá outras providências, o parecer do relator, deputado Júlio Cavalcanti, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; Projeto de Lei Ordinária nº 554/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa concede isenção do ICMS às operações promovidas por estabelecimento industrial de alvejamento, tingimento e torção em fios, tecidos, artefatos têxteis e peças de vestuário, em regime de urgência, o parecer do relator, deputado Júlio Cavalcanti, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares; e Projeto de Lei Ordinária nº 555/2015, de autoria do Poder Executivo, cuja ementa concede isenção do ICMS relativamente às saídas internas de óleo diesel destinado ao consumo na prestação de serviço público de transporte complementar de passageiros na Região Metropolitana do Recife – RMR, por meio de ônibus, e introduz modificações na Lei nº 10.259, de 27 de janeiro de 1989, em regime de urgência, o parecer do relator, deputado Júlio Cavalcanti, foi pela aprovação tendo a concordância dos demais parlamentares. O senhor presidente fez os seguintes informes: audiência Pública para debater Os avanços da Hemobrás no contexto da produção de hemoderivados no país, no dia três de dezembro do corrente ano, no auditório deste Poder, às 9 horas; Audiência Pública, solicitada pelo deputado Miguel Coelho, através do requerimento 451/2015, para debater A qualidade do serviço de telefonia móvel e internet no município de Petrolina. O evento está previsto para acontecer na Câmara de Vereadores de Petrolina – 9 horas, o deputado Miguel Coelho informou da possibilidade de não haver o evento devido a problemas de agendamento de datas com os representantes das operadoras de telefonia; O senhor presidente facultou a palavra para os demais parlamentares que não tendo nada a acrescentar. O presidente em exercício, deputado Miguel Coelho, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E, para que tudo fique registrado, eu, Márcio André Carneiro de Lima, Assessor desta Comissão, lavi a presente ata, que vai por todos assinada, sem emendas, rasuras ou ressalvas.

Deputado ALUÍSIO LESSA
Presidente

Deputado MIGUEL COELHO
Deputado LUCAS RAMOS

Portarias

PORTARIA Nº 320/15

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Deputado **Diogo Moraes**, no uso de suas atribuições, e por decisão da Mesa Diretora,

RESOLVE: determinar **recesso administrativo** durante os expedientes dos dias 23 de dezembro de 2015 a 03 de janeiro de 2016.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 17 de dezembro de 2015.

Deputado DIOGO MORAES
Primeiro Secretário

PORTARIA Nº 321/15

O PRIMEIRO SECRETÁRIO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO, Deputado **Diogo Moraes**, no uso de suas atribuições, e por decisão da Mesa Diretora,

RESOLVE: em **virtude do recesso parlamentar**, determinar que o expediente a partir do dia 22 de dezembro do corrente ano a 31 de janeiro de 2016, seja das 08:00 às 13:00 horas.

Secretaria da Assembleia Legislativa
do Estado de Pernambuco
Em, 17 de dezembro de 2015.

Deputado DIOGO MORAES
Primeiro Secretário

ESTRUTURA PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÕES PARLAMENTARES PERMANENTES, TEMPORÁRIAS E FRENTES PARLAMENTARES

Biênio: 1º DE FEV/2015 A 31 DE JAN/2017 DA 18ª LEGISLATURA			DEPUTADO ANTÔNIO MORAES			PSDB			9º COMISSÃO: SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL		
MESA DIRETORA:			DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI			PTB			TITULARES:		
			DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS			PP			DEPUTADO ODACY AMORIM		
			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO			PDT			DEPUTADO DR. VALDI		
			DEPUTADA SIMONE SANTANA			PSB			DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES		
			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL			PSL			DEPUTADA SIMONE SANTANA		
			DEPUTADO WALDEMAR BORGES			PSB			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		
			DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO			PP					
			2º COMISSÃO: FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO						SUPLENTES:		
			TITULARES:			PARTIDO:			DEPUTADO ANTÔNIO MORAES		
			DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES			PSB - PRESIDENTE			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		
			DEPUTADO LUCAS RAMOS			PSB - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		
			DEPUTADO ADALTO SANTOS			PSB			DEPUTADO LULA CABRAL		
			DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS			PTC			DEPUTADO MARCANTÔNIO DOURADO		
			DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ			PR					
			DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI			PTB					
			DEPUTADO MIGUEL COELHO			PSB					
			DEPUTADO ROMÁRIO DIAS			PTB					
			DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO			PTB					
			SUPLENTES:			PARTIDO:					
			DEPUTADO EDUÍNO BRITO			PHS					
			DEPUTADO JOAQUIM LIRA			PSD					
			DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI			PTB					
			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO			PDT					
			DEPUTADA PRISCILA KRAUSE			DEM					
			DEPUTADO RICARDO COSTA			PMDB					
			DEPUTADA TERESA LEITÃO			PT					
			DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA			PSB					
			DEPUTADO WALDEMAR BORGES			PSB					
			3º COMISSÃO: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA						11º COMISSÃO: CIDADANIA, DIREITOS HUMANOS E PARTICIPAÇÃO POPULAR		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB - PRESIDENTE			DEPUTADO EDILSON SILVA		
			DEPUTADO ADALTO SANTOS			PSB - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO ANDRÉ FERREIRA		
			DEPUTADO AUGUSTO CÉSAR			PTB			DEPUTADO LUCAS RAMOS		
			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA			PRB			DEPUTADO ODACY AMORIM		
			DEPUTADO EDUÍNO BRITO			PHS			DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS		
			DEPUTADO LULA CABRAL			PSB					
			DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO			PR			SUPLENTES:		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			DEPUTADO ADALTO SANTOS		
			DEPUTADO ALUISIO LESSA			PSB			DEPUTADO JOEL DA HARPA		
			DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR			PSB			DEPUTADO EDUÍNO BRITO		
			DEPUTADO EDILSON SILVA			PSOL			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		
			DEPUTADO JOEL DA HARPA			PROS			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		
			DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO			SD					
			DEPUTADO RODRIGO NOVAES			PSD					
			DEPUTADA TERESA LEITÃO			PT					
			4º COMISSÃO: NEGÓCIOS MUNICIPAIS						12º COMISSÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO			PR - PRESIDENTE			DEPUTADO ALUISIO LESSA		
			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL			PSL - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO MIGUEL COELHO		
			DEPUTADO JOÃO EUDES			PRP			DEPUTADO ÁLVARO PORTO		
			DEPUTADO ODACY AMORIM			PT			DEPUTADO LUCAS RAMOS		
			DEPUTADA PRISCILA KRAUSE			DEM			DEPUTADO ROMÁRIO DIAS		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			SUPLENTES:		
			DEPUTADO ÁLVARO PORTO			PTB			DEPUTADO JOÃO EUDES		
			DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB			DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		
			DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO			PSDB			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		
			DEPUTADO EVERALDO CABRAL			PP			DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO		
			DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI			PTB			DEPUTADA SIMONE SANTANA		
			5º COMISSÃO: EDUCAÇÃO E CULTURA						13º COMISSÃO: ASSUNTOS INTERNACIONAIS		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADA TERESA LEITÃO			PT - PRESIDENTE			DEPUTADO JOAQUIM LIRA		
			DEPUTADO TONY GEL			PMDB – VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO BETO ACCIOLY		
			DEPUTADO EDUÍNO BRITO			PHS			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		
			DEPUTADO EDILSON SILVA			PSOL			DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS		
			DEPUTADO WALDEMAR BORGES			PSB			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			SUPLENTES:		
			DEPUTADO ADALTO SANTOS			PSB			DEPUTADO ÁLVARO PORTO		
			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA			PRB			DEPUTADO JOÃO EUDES		
			DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES			PSB			DEPUTADO MIGUEL COELHO		
			DEPUTADA RAQUEL LYRA			PSB			DEPUTADO ROMÁRIO DIAS		
			DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO			PTB			DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA		
			6º COMISSÃO: ESPORTE E LAZER						14º COMISSÃO: DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADO BETO ACCIOLY			SD - PRESIDENTE			DEPUTADA SIMONE SANTANA		
			DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO			SD - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADA PRISCILA KRAUSE		
			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA			PRB			DEPUTADA RAQUEL LYRA		
			DEPUTADO JOEL DA HARPA			PROS			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		
			DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO			PP			DEPUTADA TERESA LEITÃO		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			SUPLENTES:		
			DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO			PSDB			DEPUTADO ALUISIO LESSA		
			DEPUTADO ROMÁRIO DIAS			PTB			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		
			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL			PSL			DEPUTADO EDILSON SILVA		
			DEPUTADO TONY GEL			PMDB			DEPUTADO RODRIGO NOVAES		
			DEPUTADO VINÍCIUS LABANCA			PSB			DEPUTADO WALDEMAR BORGES		
			7º COMISSÃO: MEIO AMBIENTE						15ª COMISSÃO: ÉTICA PARLAMENTAR		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO			PP - PRESIDENTE			DEPUTADO TONY GEL		
			DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI			PTB - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI		
			DEPUTADO ALUISIO LESSA			PSB			DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		
			DEPUTADO EDILSON SILVA			PSOL			DEPUTADO EDUÍNO BRITO		
			DEPUTADA RAQUEL LYRA			PSB			DEPUTADO JOAQUIM LIRA		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			DEPUTADO LUCAS RAMOS		
			DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB			DEPUTADO MIGUEL COELHO		
			DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ			PP					
			DEPUTADO LUCAS RAMOS			PSB					
			DEPUTADO ODACY AMORIM			PT					
			DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL			PSL					
			8º COMISSÃO: AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL						16º COMISSÃO: REDAÇÃO FINAL		
			TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:		
			DEPUTADO MIGUEL COELHO			PSB - PRESIDENTE			DEPUTADO FRANCISMAR PONTES		
			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO			PDT – VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		
			DEPUTADO ÁLVARO PORTO			PTB			DEPUTADO AGLAILSON JÚNIOR		
			DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO			PSB			DEPUTADO EDUÍNO BRITO		
			DEPUTADO RODRIGO NOVAES			PSD			DEPUTADO EVERALDO CABRAL		
			SUPLENTES:			PARTIDO:			DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO		
			DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB			DEPUTADO JOAQUIM LIRA		
			DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ			PR			DEPUTADO DR. VALDI		
			DEPUTADO JOAQUIM LIRA			PSD			DEPUTADO EDILSON SILVA		
			DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI			PTB			DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ		
			DEPUTADO ODACY AMORIM			PT			DEPUTADA TERESA LEITÃO		
			1º COMISSÃO: CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E JUSTIÇA								
TITULARES:			PARTIDO:			TITULARES:			PARTIDO:		
DEPUTADA RAQUEL LYRA			PSB - PRESIDENTE			DEPUTADO MIGUEL COELHO			PSB - PRESIDENTE		
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB - VICE-PRESIDENTE			DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO			PDT - VICE-PRESIDENTE		
DEPUTADO ADALTO SANTOS			PSB			DEPUTADO ÁLVARO PORTO			PTB		
DEPUTADO RICARDO COSTA			PMDB			DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO			PSB		
DEPUTADO RODRIGO NOVAES			PSD			DEPUTADO RODRIGO NOVAES			PP		
DEPUTADO ROMÁRIO DIAS			PTB			DEPUTADA RAQUEL LYRA			PTB		
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO			PT			SUPLENTES:			PARTIDO:		
DEPUTADA TERESA LEITÃO			PMDB			DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA			PSB		
DEPUTADO TONY GEL						DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ			PSB		
SUPLENTES:			PARTIDO:			DEPUTADO LUCAS RAMOS			PTB		
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA			PSB			DEPUTADO ODACY AMORIM			DEM		
						DEPUTADO WALDEMAR BORGES			PMDB		
						DEPUTADO ZÉ MAURICIO			PSB		
									PP		

ESTRUTURA PARLAMENTAR DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

COMISSÕES PARLAMENTARES TEMPORÁRIAS E DE INQUÉRITO

COMISSÕES PARLAMENTARES TEMPORÁRIAS			SETOR DO COMÉRCIO VAREJISTA E DA MICRO E PEQUENA EMPRESA		
COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO			COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO TONY GEL		
APURAR ATUAÇÃO IRREGULAR DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO SUPERIOR E DE PÓS-GRADUAÇÃO NO ESTADO			COMPONENTES		PARTIDO
TITULARES		PARTIDO	DEPUTADO ANDRÉ FERREIRA		PMDB
DEPUTADO RODRIGO NOVAES		PSD - PRESIDENTE	DEPUTADO HENRIQUE QUEIROZ		PR
DEPUTADO MIGUEL COELHO	PTB - VICE-PRESIDENTE	DEPUTADA TERESA LEITÃO	DEPUTADO JOÃO EUDES		PRP
DEM - RELATORA			DEPUTADO RICARDO COSTA		PTB
DEPUTADO JOAQUIM LIRA		PSD	DEPUTADO TONY GEL		PMDB
DEPUTADO LUCAS RAMOS		PSB			
DEPUTADO ODACY AMORIM		PT			
DEPUTADO RICARDO COSTA		PMDB			
DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO		PTB			
DEPUTADO TONY GEL		PMDB			
SUPLENTE		PARTIDO	REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO E DEMAIS RIOS DE PERNAMBUCO		
DEPUTADO ALUISIO LESSA		PSB	COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO ODACY AMORIM		
DEPUTADO ÂNGELO FERREIRA		PSB	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		PRB	DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO		PSDB	DEPUTADO LUCAS RAMOS		PSB
DEPUTADO JOÃO EUDES		PRP	DEPUTADO MIGUEL COELHO		PSB
DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB	DEPUTADO ODACY AMORIM		PT
DEPUTADA SIMONE SANTANA		PSB	DEPUTADO RODRIGO NOVAES		PSD
DEPUTADA RAQUEL LYRA		PSB	DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		PSL
DEPUTADO ROMÁRIO DIAS		PTB	DEPUTADO TONY GEL		PMDB
ESPECIAIS			DEFESA DA FAMÍLIA E DA VIDA		
ACOMPANHAR E FACILITAR O PROCESSO DE ADEQUAÇÃO, PELOS MUNICÍPIOS, À POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS			COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS		
TITULARES		PARTIDO	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO RODRIGO NOVAES		PSD – PRESIDENTE	DEPUTADO ADALTO SANTOS		PSB
DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI	PTB – VICE-PRESIDENTE	DEPUTADA PRISCILA KRAUSE	DEPUTADO ANDRÉ FERREIRA		PMDB
DEM - RELATORA					
DEPUTADO EDILSON SILVA		PSOL	DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA		PRB
DEPUTADO TONY GEL		PMDB	DEPUTADO JOEL DA HARPA		PROS
SUPLENTE		PARTIDO	DEPUTADO ODACY AMORIM		PT
DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO		PSDB	DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS		PP
DEPUTADO MIGUEL COELHO		PSB			
DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO		PR	DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		SD
DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO		PTB	DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		PSL
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		PSL	DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO		PP
ACOMPANHAR AS AÇÕES E OBRAS DE MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA E TRANSPORTE COLETIVO NO ESTADO DE PERNAMBUCO			SOLUÇÕES HÍDRICAS PARA PERNAMBUCO		
TITULARES		PARTIDO	COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO JOÃO EUDES		
DEPUTADO ZÉ MAURICIO		PP - PRESIDENTE	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO SILVIO COSTA FILHO	PTB - VICE-PRESIDENTE		DEPUTADO EDUÍNO BRITO		PHS
DEPUTADA RAQUEL LYRA		PSB - RELATORA	DEPUTADO JOÃO EUDES		PRP
DEPUTADO BISPO OSSESIO SILVA		PRB	DEPUTADO LUCAS RAMOS		PSB
DEPUTADO RICARDO COSTA		PMDB	DEPUTADO TONY GEL		PMDB
SUPLENTE		PARTIDO	DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB
DEPUTADO EDUINO BRITO		PHS			
DEPUTADO JOEL DA HARPA		PROS	COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS		
DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB	COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		
DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		PDT	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		SD	DEPUTADO ADALTO SANTOS		PSB
COMBATE AO HIV/AIDS, TUBERCULOSE E HEPATITE			DEPUTADO ANDRÉ FERREIRA		PMDB
TITULARES		PARTIDO	DEPUTADO JOEL DA HARPA		PROS
DEPUTADA TERESA LEITÃO		PT - PRESIDENTE	DEPUTADO MIGUEL COELHO		PSB
DEPUTADA SIMONE SANTANA	PSB – VICE-PRESIDENTE		DEPUTADO PASTOR CLEITON COLLINS		PP
DEPUTADA SOCORRO PIMENTEL		PSL - RELATORA	DEPUTADA PRISCILA KRAUSE		DEM
DEPUTADO CLODOALDO MAGALHÃES		PSB	DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		SD
DEPUTADO DR. VALDI		PP	DEPUTADO RICARDO COSTA		PMDB
SUPLENTE		PARTIDO	TRÂNSITO E TRANSPORTE		
DEPUTADO ANTÔNIO MORAES		PSDB	COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO EDUÍNO BRITO		
DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO ODACY AMORIM		PT	DEPUTADO ÁLVARO PORTO		PTB
DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		SD	DEPUTADO DR. VALDI		PP
DEPUTADO RICARDO COSTA		PMDB	DEPUTADO EDUÍNO BRITO		PHS
ACOMPANHAR A SITUAÇÃO DAS OBRAS FEDERAIS QUE ESTÃO SENDO EXECUTADAS EM NOSSO ESTADO, PELO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC			DEPUTADO ERIBERTO MEDEIROS		PTC
TITULARES		PARTIDO	DEPUTADO JOÃO EUDES		PRP
DEPUTADO MIGUEL COELHO		PSB - PRESIDENTE	DEPUTADO JOSÉ HUMBERTO CAVALCANTI		PTB
DEPUTADA TERESA LEITÃO	PT – VICE-PRESIDENTE		DEPUTADO ZÉ MAURICIO		PP
DEPUTADO DIOGO MORAES		PSB - RELATOR	DEPUTADO RICARDO COSTA		PMDB
DEPUTADO ALUÍSIO LESSA		PSB	DEPUTADO ROGÉRIO LEÃO		PR
DEPUTADO SÍLVIO COSTA FILHO		PTB	DEPUTADA SIMONE SANTANA		PSB
SUPLENTE		PARTIDO	EXTERMÍNIO DA JUVENTUDE NEGRA EM PERNAMBUCO		
DEPUTADO ANDRÉ FERREIRA		PMDB	COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO BISPO OSSÉSIO SILVA		
DEPUTADO JOAQUIM LYRA		PSD	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO ZÉ MAURICIO		PP	DEPUTADO EDILSON SILVA		PSOL
DEPUTADO JÚLIO CAVALCANTI		PTB	DEPUTADO EDUÍNO BRITO		PHS
DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		PDT	DEPUTADO JOEL DA HARPA		PROS
FRENTES PARLAMENTARES			DEPUTADO PROFESSOR LUPÉRCIO		SD
DEFESA DA SEGURANÇA PÚBLICA EM NOSSO ESTADO			DEPUTADA TERESA LEITÃO		PT
COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO JOEL DA HARPA			INSTALAÇÃO DE UM HUB DA LATAM EM RECIFE		
COMPONENTES			COORDENADOR-GERAL: DEPUTADO RODRIGO NOVAES		
DEPUTADO EDUÍNO BRITO		PARTIDO	COMPONENTES		PARTIDO
DEPUTADO EDILSON SILVA		PSOL	DEPUTADO ALUISIO LESSA		PSB
DEPUTADO JOEL DA HARPA		PROS	DEPUTADO CLAUDIANO MARTINS FILHO		PSDB
DEPUTADO PEDRO SERAFIM NETO		PDT	DEPUTADO MIGUEL COELHO		PSB
DEPUTADO ZÉ MAURÍCIO		PP	DEPUTADO WALDEMAR BORGES		PSB
			DEPUTADO SOCORRO PIMENTEL		PSL

Folheie o Diário Oficial com apenas alguns cliques



Agora, você pode acompanhar, na íntegra, a versão digital do Diário Oficial do Poder Legislativo. A Assembleia Legislativa de Pernambuco disponibiliza, em seu site, o flip do jornal. Acesse, clique e confira.



**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO
ESTADO DE PERNAMBUCO**

A CASA DE TODOS OS PERNAMBUCANOS

www.twitter.com/alepeoficial | www.facebook.com/assembleiape | www.alepe.pe.gov.br